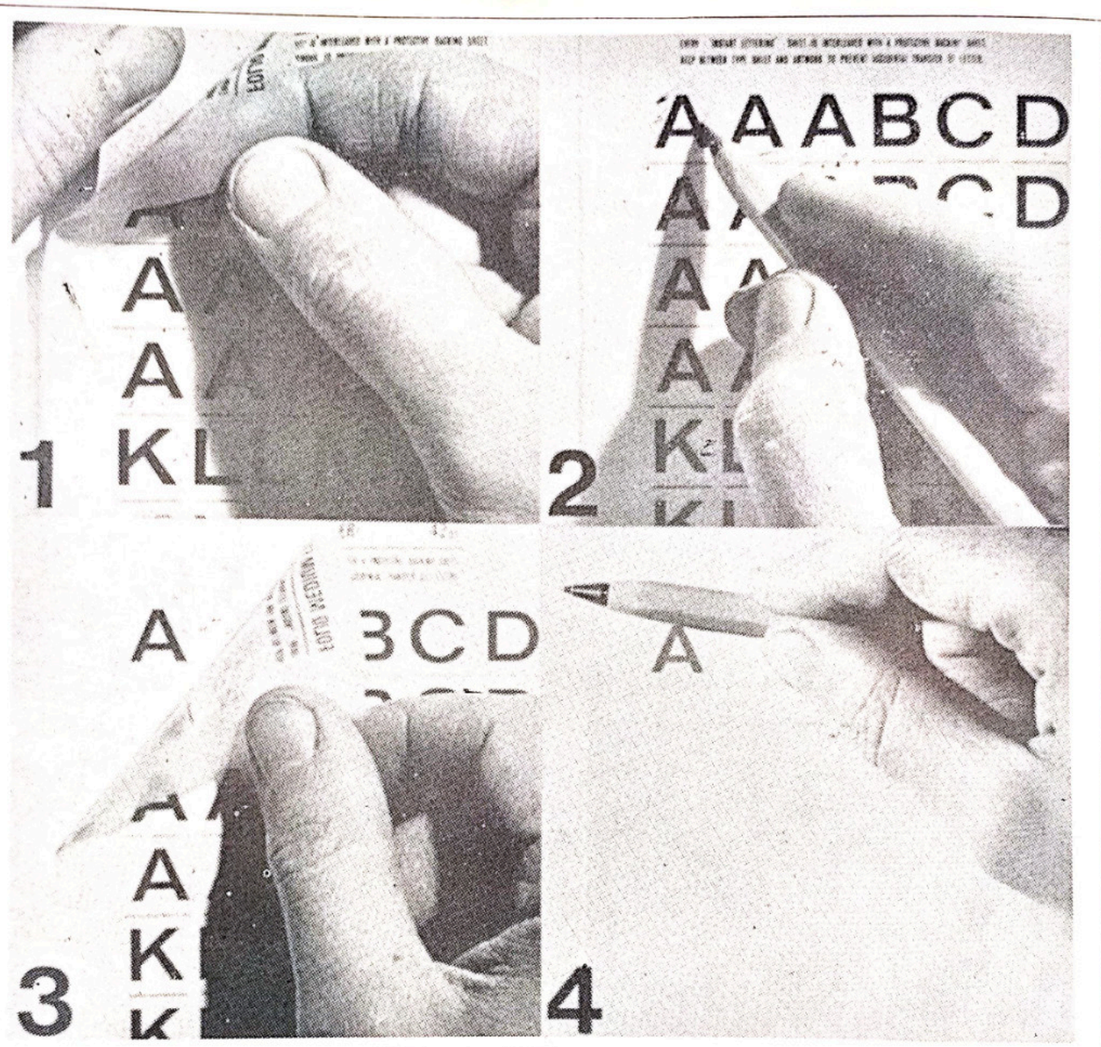
74
Agôsto/68

ARQUITETURA

Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil





a aplicação de LETRASET INSTANT LETTERING é simples assim...

LETRASET INSTANT LETTERING - 80 diferentes famílias de tipos garantem qualidade para seus projetos, plantas, gráficos, layouts e arte-final. LETRASET HR é resistente ao calor — V. pode tirar quantas cópias heliográficas quizer. O seu uso é tão simples: 1 - remova o papel do verso e coloque a letra na posição (o traço na parte inferior deve sempre ser colocado sôbre a linha-guia do original). 2 - Risque a letra por igual, de cima para baixo, com uma esferográfica. 3 - Arranque cuidadosamente a fôlha — a letra já está no papel. 4 - Reponha a fôlha do verso sôbre a letra e esfregue, para uma perfeita aderência.

LETRASET TRABALHA PARA VOCÊ



- risque tôda a área da letra com uma esferográfica.
- destaque a fôlha

Letraset do Brasil
Artes Gráficas Ltda.
Av. Presidente Vargas, 590 - Gr. 304 - Tel: 43-7954
Rio-GB.

- Peça demonstração no seu Revendedor.

Favor enviar folheto explicativo

Nome:

Res.:

Local de trabalho:

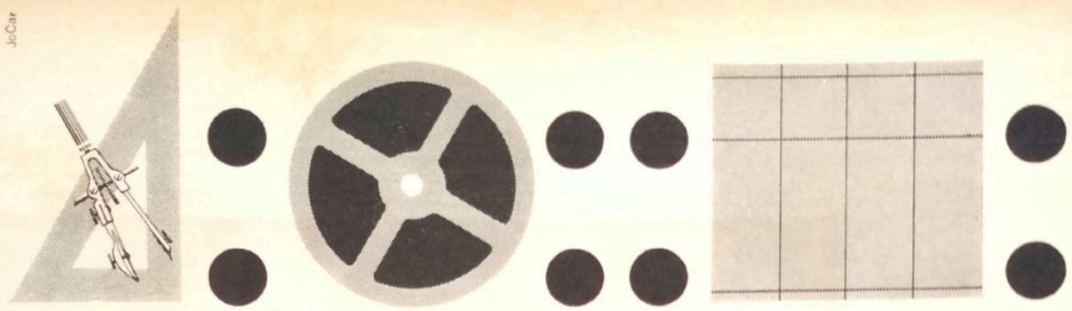
Endereço:

Telefone:

- Visite nosso stand na USE.

veja publicidade

JoCar



Quais as relações entre o arquiteto, um cérebro eletrônico e a parede-armário e divisória INTERvão®?

O cérebro eletrônico não tolera oscilações de temperatura. Cabe ao arquiteto ambientá-lo em condições perfeitas. Aí é que entra a parede-armário e divisória INTERvão. Sabe por que? O Banco da Aliança do Rio de Janeiro S/A sabe. E dividiu com a INTERvão a área destinada aos seus computadores eletrônicos, para a instalação da Aliança Processamento de Dados.

Não deixe, entretanto, que êsse exemplo o desoriente.

A verdade é que INTERvão resolve com simplicidade todo problema de divisão e aproveitamento de espaços, adaptando-se a não importa que tipo de interior, amplo ou reduzido, tradicional ou moderno.

INTERvão é de montagem e desmontagem fácil e rápida, a sêco; dispensa tijolos, cal, cimento, pregos, sujeira e aborrecimentos.

Parede e armário ao mesmo tempo, INTERvão absorve irregularidades de assoalhos, pisos, tetos e paredes, garantindo sempre assentamento e vedação perfeitos, com apreciável isolamento acústico.

Atualmente, estamos aplicando 20.000 m2 da parede-armário e divisória INTERvão no edifício mais importante de tôda a história da construção pública no país: o nôvo Palácio 9 de Julho, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Já é tempo de V. entrar em contacto conosco. Faça-o agora mesmo, se possível, porque o melhor momento de pensar na INTERvão é durante o planejamento do edifício ou residência.

Solicite-nos o prospecto ilustrado com informações completas sôbre a parede-armário e divisória INTERvão.

Nosso Departamento Técnico terá prazer em atendê-lo, sem nenhum compromisso para o consulente.



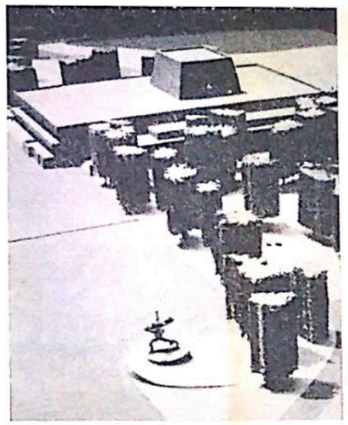
Entre as muitas organizações onde já instalamos a parede-armário e divisória INTERvão, figuram o Banco Central da República, a Construtora Affonseca S.A., o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Confederação Nacional do Comércio, Air France, BNDE, Banco de Crédito Real, Cia. Siderúrgica Nacional, Cipan e Dr. Halley Pacheco.

brafor desde 1912

Fábrica e matriz em São Paulo: Av. Santa Marina, 780 - Fone: 62-7704
Caixa Postal, 675 ■ Loja Brafor - São Paulo: Praça Franklin Roosevelt, 159
Fones: 34-6665 e 35-4454 ■ Loja Brafor - Rio de Janeiro: Rua México, 21-A
Fones: 22-0180 e 32-7178

2 Teatro Nacional de Budapeste

arquiteto Miklós Hofer



A demolição do edifício do antigo Teatro Nacional, em 1964, marcou o início dos trabalhos preparatórios da construção do nôvo teatro. Em 1965, após o concurso para a escolha do local do nôvo teatro, realizou-se o concurso internacional para o projeto de construção do qual participaram 92 concorrentes. A construção será feita segundo o projeto húngaro. As soluções técnicas: o papel do espetáculo teatral e do concêrto sofreu profunda transformação na época atual, dominada pelo cinema, a televisão e o rádio que, ao contrário daqueles, não estabelece contato aireto com o espectador. Assim, no teatro, o encontro do espectador com o artista restabelece a tensão. Também o espectador, no teatro, se torna mais ativo. Essa nova situação exige uma nova atmosfera teatral. Não se trata de fausto mas de total despojamento, de um ambiente de intensidade variável mas sempre elevada, intelectual, que o espectador encontrará desde a entrada até a saída. O **foyer** e os corredores não são apenas locais de circulação, mas também a "cena do público", onde a iluminação e os jogos de luz transformáveis, as entradas de amplo ritmo solene são também **meios de espetáculo** como os da própria cena. O objetivo do projeto, além do cumprimento das exigências modernas de funcionamento, é buscar na massa da construção, na fachada, nos espaços interiores, na iluminação, certa envergadura bruta, uma simplicidade e uma ênfase que acompanhe o espectador desde o primeiro momento, sem que êle disso se aperceba. Pelos simples meios materiais, a arquitetura procura intensificar a grandeza do jôgo dramático que se mostra ao público. No projeto, as duas partes principais do teatro são claramente delimitadas: os espaços destinados ao movimento do público e a parte funcional. As principais características do projeto são o sistema de espaço interior ao terraço e a formação em degraus, que o prolonga. Os vestiários se situam no pavimento térreo, em nível mais elevado que o do exterior. Da entrada, descortina-se a escada principal que toma tôda a largura da sala (30m). O desnível da sala se dá em dois planos de quatro direções. O acesso em automóvel conduz o público até em baixo do vestíbulo, donde êle sobe ao vestiário por elevadores ou escadas. O muro de fundos da sala é removível por processos hidráulicos, de modo que, nos entre-atos e antes do espetáculo, o espectador terá a visão de conjunto dos espaços do teatro. Os serviços funcionais da cena se fazem através do túnel de transporte de carga situado sob o palco. Os espaços superiores do palco são rodeados por alas de serviço dispostos em vários planos. A estrutura do teatro é de grande porte, com um sistema de sustentação que requer poucos pontos de apoio. O pavimento onde ficam as instalações mecânicas, sob o palco, é dotado de um sistema de fundações especiais.

Arquitetura pré-fabricada

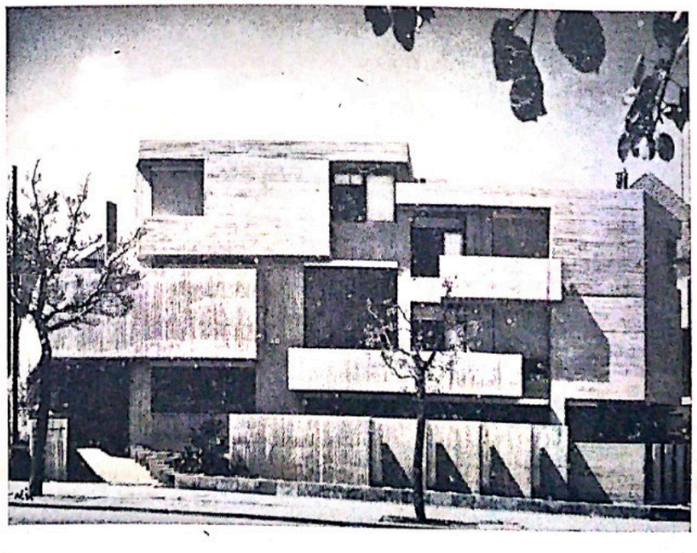
Mais de três mil arquitetos de 53 países participaram de um concurso instituído pela Comunidade Européia do Carvão e do Aço para projetar unidades residenciais fabricadas industrialmente de modo a permitir a construção, no mínimo, de 10 mil unidades anualmente e com o emprêgo maior possível de aço.

O júri internacional, reunido em Veneza, concedeu o primeiro prêmio, de 20 mil dólares, ao jovem arquiteto Jochen Brandi, de Goettingen, Alemanha, e sua equipe.

O sistema Brandi permite, caso a indústria disponha do estoque necessário, a montagem de um apartamento de quatro peças em apenas quatro dias. Apesar de tratar-se de partes pré-fabricadas em série — largura de 30 a 150 cm e altura de acôrdo com a altura desejada para cada andar — a estrutura de aço, que ao mesmo tempo serve de suporte para o teto, permite uma divisão interna dos apartamentos segundo o gôsto particular de cada morador. Essa modalidade de construção é econômica e tão adequada para a construção de bangalôs como também de complexos residenciais, nos quais os terraços poderão ser ajardinados, substituindo o jardim tradicional. Com algumas poucas e simples operações, o locatário ou proprietário de um dêsses apartamentos, construídos segundo o princípio dos blocos de montagem, pode deslocar paredes internas como o desejar. É muito fácil operar com o mecanismo de encaixe feito de material sintético, que além disso é absolutamente seguro.

Residência e escritório de um arquiteto em Stuttgart

A casa se situa a oeste, numa rua de grande movimento e ruídos, na cidade alemã de Stuttgart. Daí o objetivo do projeto em evitar estas condições aproveitando, entretanto, a boa vista que se pode deslumbrar dêste lado. Isto explica os balcões e paredes de concreto, que visam proteger os quartos dos ruídos excessivos. A mesma função encontramos no muro de concreto existente para proteger as dependências do escritório localizadas no térreo da edificação. As janelas, com vidros reforçados visam duplamente fornecer uma vista panorâmica para um vale e, proteger contra o barulho existente na rua.



Aspectos positivos do processo de urbanização

Há algumas décadas atrás, a preocupação máxima dos govêrnos no campo social estava circunscrita à saúde, à alimentação e à educação. Nos últimos anos, porém, o grande aumento da população e a tendência para concentração em áreas urbanas situaram a habitação em um primeiro plano da vida nacional. O impacto da urbanização nas cidades existentes passou a constituir, por outro lado, um sério problema que se reflete em desordem difícil de corrigir, uma vez que as favelas crescem a um ritmo duas vêzes maior do que as cidades e estas, por seu turno, em uma proporção três vêzes superior a taxa média de crescimento da população mundial. A conseqüência imediata disto foi a criação de instituições e a canalização de recursos para a habitação de interêsse social.

O aparecimento das metrópoles, super-cidades com maior poder de atração, com população em número jamais imaginado e que muitas vêzes agrupam, em uma única região, várias cidades e povoados constitue a primeira manifestação visível dêsse crescimento. Vários países criaram cidades novas para responder a êsse desafio e começaram a identificar os chamados "polos de desenvolvimento", cujo aparecimento tem se dado espontâneamente em função da localização ou da existência de recursos apropriados. Ao analisar êstes fatos, François Perroux assinala que "os polos de desenvolvimento não se criam, devem ser estimulados à medida em que aparecem". Recentemente, Felipe Herrera, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, ao receber o título de Doutor Honoris Causa da Universidade da Bahia, assinalava ser necessário pensar em têrmos de desenvolvimento integrado para tôda área geoeconômica das metrópoles.

Prosseguindo, **FH** ajuntava que "o desenvolvimento econômico não se dá de maneira uniforme em cada um dos pontos do território nacional. Tão pouco se produz exclusivamente através de umas tantas cidades isoladas de seu contexto. A história recente indica que alguns centros urbanos concentraram as atividades mais dinâmicas da economia de um país, e essa concentração atuou como centro gerador de impulsos motores que redundaram, posteriormente, no desenvolvimento econômico de zonas mais complexas e extensas".

Na realidade, se a cidade atual por um lado, coloca numerosos problemas e não é capaz de oferecer solução total às novas situações que cria, por outro favorece desenvolvimento mais amplo e graças a ela torna-se possível a prestação de numerosos serviços, impossíveis de serem oferecidos à uma população dispersa. No campo da habitação a cidade propiciou um avanço tecnológico que se traduz em novos materiais e sistemas construtivos bem como em fonte geradora de empregos para os neo-cidadãos destituídos de conhecimentos especializados para atividades urbanas complexas.

"No mundo contemporâneo — afirmou o presidente do BID — sòmente a cidade e sua região proporcionam uma base adequada ao desenvolvimento dinâmico da atividade econômica. Essa potencialidade deriva do fato de que sòmente centros urbanos que atingiram determinada dimensão, podem oferecer condições necessárias ao desenvolvimento industrial e ao exercício de certas atividades especializadas: concentração de mercados de consumo próximos dos centros de produção; oferta de mão-de-obra abundante e diversificada e alto grau de divisão de trabalho; existência de serviços de infraestrutura social, particularmente os de educação; maiores possibilidades de informação e intercâmbio, bem como ação mais próxima, e conseqüentemente mais imediata, das instituições políticas e financeiras".

Felipe Herrera observou que "quando não existe uma estrutura urbana as atividades primárias, como a mineração, por exemplo, ficam confinadas a bolsões que mantêm comunicação muito escassa com o resto da economia. O caso de alguns países árabes onde a indústria mais avançada de petróleo coexiste com a "tecnologia do camelo" é um exemplo extremo da situação assinalada. Ao contrário, na Europa, o desenvolvimento das cidades durante a baixa Idade Média possibilitou a revolução comercial já bastante adiantada no século XV, e posteriormente, a partir do século XVIII, a rápida transmissão dos efeitos derivados da abertura de novos mercados. Por outro lado, a concentração das atividades econômicas em áreas urbanas está produzindo importantes efeitos políticos, na medida em que tende a reduzir a competência das autoridades locais e a transferir um crescente número de assuntos à esfera de decisão do govêrno federal ou estadual. Quanto maior a concentração urbana, maior número de questões é subtraída à competência municipal e passada à jurisdição das autoridades nacionais ou estaduais, revelando que os problemas colocados pela cidade começam a ter importância para o país em seu conjunto. É interessante notar também que nossos políticos, administradores e cientistas sociais não imaginaram ainda um tipo de "autoridade metropolitana" para regular o funcionamento das cidades que se estendem abrangendo regiões de mais de um município ou estado, no caso dos regimes federativos, ou cuja área urbana está dividida inclusive por fronteiras nacionais". Estas palavras modificam um pouco a atitude pessimista do mundo contemporâneo em relação a cidade, na qual muitos identificam a origem de todos os males sociais. "Devemos reconhecer, afirma **FH**, que o setor urbano constitue a área de mudança mais dinâmica do mundo contemporâneo. No início do próximo século, 80 a 90% da população dos países mais desenvolvidos viverá em centros urbanos. Em tôrno de cada cidade gera-se um campo gravitacionel de fôrças econômicas e sociais em rápida expansão que afeta profundamente os valôres e formas de vida das sociedades atuais. Não devemos estranhar, portanto, que a medida em que se avança no processo de desenvolvimento a política nacional se transforme cada vez mais em uma política urbana. O desenvolvimento da América Latina, será impossível se não contar com "polos de crescimento" capazes de não só incorporar ao sistema social os vastos setores marginalizados que compõem a população de nossos países, como proporcionar dinâmicos pontos de sustentação aos seus esforços em favor do desenvolvimento. Ao enfrentar a necessidade de criar êstes "polos de crescimento" os problemas urbanísticos colocados agora, dentro de um contexto mais amplo de todo um complexo econômico regional, ganharão nova dimensão e urgência".

O que foi dito por Felipe Herrera vem corroborar que por processo de urbanização não se deve entender apenas o crescimento das cidades e conseqüentemente o aumento acelerado da percentagem da população urbana em relação a rural, e sim, antes de tudo, a mudança de valôres sofrida pela população que se transplanta do meio rural ou aldeão para o meio urbano. Se a urbanização é hoje um fato irreversível de conseqüências mais positivas que negativas, devemos aproveitá-la, enquanto isso fôr possível, e buscar os meios econômicos, técnicos, administrativos e sociais para aumentar o bem estar e diminuir a insatisfação quanto as necessidades tão graves como as de habitação, através da conservação de áreas urbanas, da reabilitação de áreas decadentes, do desenvolvimento das áreas obsoletas e da criação de novas áreas, não só no sentido material das estruturas físicas como no da criação de um meio adequado ao desenvolvimento familiar ou individual".

(Traduzido por MNB do Suplemento Informativo do CINVA, janeiro de 1968)

Arquitetura de Teatros

A Fundação Volkswagen doou à Universidade Técnica de Berlim a quantia de 165 mil marcos para a instalação de um Instituto para Arquitetura de Teatros. O Instituto, que será dirigido pelo prof. Duebbers e pelo enge. Muentwr, deverá reunir e colocar à disposição dos interessados o material sôbre as experiências colhidas nos últimos anos no setor da construção de teatros. Na República Federal Alemã, foram construídos e remodelados, desde o fim da guerra, aproximadamente 100 teatros.

Quem Especifica?

o arquiteto

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro traço. O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto pois quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos são conhecidos pelos arquitetos. Será que êles conhecem o seu material?

A melhor maneira que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através das páginas de

ARQUITETURA

A revista que todo arquiteto brasileiro lê e coleciona.

LAMBRIS
LOUÇA SANITÁRIA
TIJOLOS
TACOS
PARQUETS
PLÁSTICOS
MÁRMORES
LUMINÁRIAS
AQUECEDORES
FOGÕES
PINTURAS
GRANITOS
FERRAGENS
CERÂMICAS
MÓVEIS
ESQUADRIAS
ALUMÍNIO
FERRO
MADEIRAS
VERNIZES
ÓLEOS
TECIDOS
TELHAS
CIMENTO
IMPERMEABILIZANTES
VIDROS
MATERIAL ELÉTRICO
ELEVADORES
MONTA CARGAS
EXTINTORES
ISOLANTES
TÉRMICAS
AZULEJOS
ESCADAS ROLANTES
FUNDAÇÕES
CHAPAS CORRUGADAS
CANOS
FORMAS

BAUHAUS: 50 anos

A Associação de Artes de Wuertemberg em colaboração com a Royal Academy de Londres, o Stedeliy Museum, de Amsterdam, e o Musée d'Art Moderne de Paris, foi inaugurada em Stuttgart a exposição "50 anos da Bauhaus", que reune os trabalhos dos professores e alunos daquela entidade pioneira na formação de **designares.**

A exposição começa com exemplos dos cursos preparatórios, nos quais os estudantes se familiarizavam com as concepções básicas da forma e da côr, orientados por Johannes Itten, Laszlo Moholy-Nagy e Jozef Albers. Expõe trabalhos de alunos que fizeram os cursos dados por Wassily Kandinsky, Oskar Schlemmer, Paul Klee e Joost Schmidt, bem como estudos de Ludwig Hirscheld-Mack, podem ser vistos nessa primeira parte da mostra.

A seção "ateliers" documenta os trabalhos da Bauhaus pròpriamente dita e está dividida em dez partes. A arquitetura está representada por Hannes Meyer, Ludwig Mies van der Rohe e Ludwig Hilberseimer, bem como as "sistematizações" de Walter Gropius, Georg Muche e Marcel Breuer. Na seção escultura, vêem-se obras de Joost Schmidt, Oskar Schlemmer e Neugboren. Há ainda seções de fotografia, arte de vitrais, porcelana, madeira, tecelagem, tipografia, etc.

A exposição, que foi inaugurada com a presença de Walter Gropius, irá em seguida para Paris, Londres, Amsterdam, New York, Los Angeles e San Francisco.

Com a palavra os urbanistas

O Conselho de Paris, considerando que, na solução dos problemas do setor de Halles, deu-se indevidamente prioridade aos arquitetos, propôs ao Prefeito da cidade submeter os estudos feitos aos urbanistas, a fim de que sejam ouvidas suas sugestões. Determinou, o Conselho, que os urbanistas levem em conta os seguintes pontos ao estudar o setor de Halles: a) o alívio da densidade de ocupação do solo em proveito dos espaços verdes; b) conservação do patrimônio arquitetônico do passado, seguindo um inventário preciso que deverá ser submetido ao Conselho; c) utilização máxima do subsolo, onde deverão localizar-se, entre outras coisas, alguns equipamentos coletivos; d) os projetos deverão ser concebidos de modo a permitir sua realização por etapas. Diz ainda a deliberação que "o partido de urbanismo deve satisfazer certo número de condições no que concerne ao espírito do "quartier", ao mesmo tempo cultural, comercial, de repouso e de turismo".

Favela é sinônimo de progresso

"A favela brasileira, ao contrário do que acontece com os guetos dos negros americanos é, antes de tudo, um lugar de esperança. Jacarèzinho, por exemplo, mostra bem a direção de desenvolvimento que a favela pode tomar, quando bem situada em relação ao mercado de trabalho e não sofrendo pressões externas muito grandes em relação ao seu desenvolvimento."

Esta opinião do antropólogo Anthony Leeds, professor da Universidade do Texas, transcrita no **Correio da Manhã** de 14 de junho de 1967. **AL** está no Brasil, pela quarta vez em três anos, e viveu um ano na favela do Tuiuti e três meses na de Jacarèzinho, acha que "remover a favela, a não ser em casos extremos, não é solução viável para o problema."

"Calculando em 3.500 dólares o preço médio de cada casa de Jacarèzinho, muitas das quais têm dois e até três andares, podemos afirmar que só em investimento para sua construção foram empregados cêrca de 35 milhões de dólares. Some-se a isto o montante de investimentos industriais e comerciais — cinco fábricas de sapatos, várias padarias, óticas, farmácias, e teremos um total de 60 milhões de dólares investidos na favela.".

Isto foi conseguido sem ajuda da cidade que, agora, precisa colaborar com os favelados, pois há problemas que só podem ser resolvidos com a ajuda de técnicos especializados."

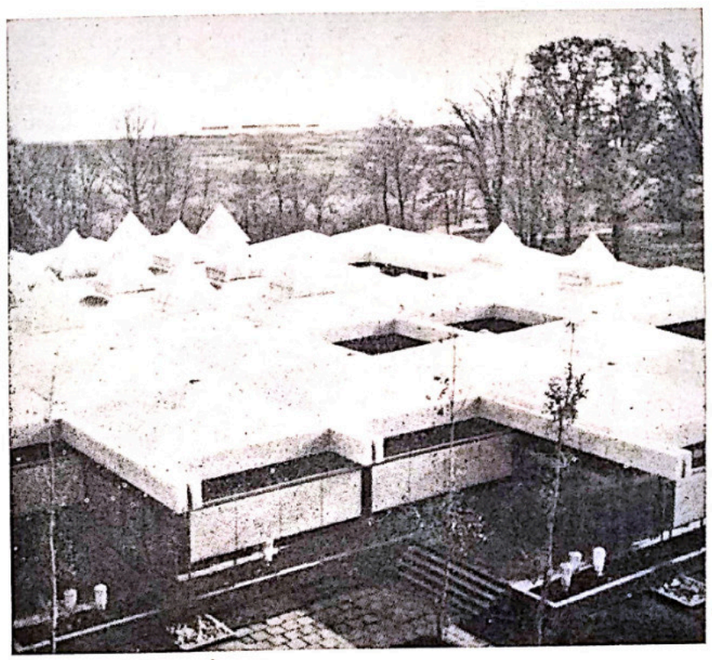
"Na fase final de seu estudo, Anthony Leeds, calculou em cêrca de um bilhão de dólares o montante dos investimentos feitos nas favelas do Rio. E pergunta: "Se o govêrno brasileiro resolver prosseguir com a política de remoção dos favelados, como terá condições de recolocar êsse bilhão de dólares, que representam 4% de seu produto bruto?"

Concurso de Arquitetura

O IAB-SP e a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo firmaram um contrato para o concurso de projeto para a nova sede daquela entidade, que será o maior concuso já realizado no país. De acôrdo com os têrmos do contrato "os honorários estão garantidos pelo pagamento da Tabela do IAB, que é o mínimo que os técnicos de projetos podem receber pelos seus trabalhos". Brevemente será divulgado a data e local de retirada do Edital e programa do concurso.

Restaurante "Mar Negro", Romênia

Projeto: arquiteto Gabriel Radulescu
O prédio possue a parte de serviço central, circundada pelos locais de refeições que se prolongam em terraços ora cobertos, ora descobertos. Na estação do verão o restaurante pode ser utilizado também como cantina, com uma capacidade de 750 lugares. A estrutura baseada em tramas de 7x7m, proporciona uma cobertura movimentada e de grandes efeitos internos.

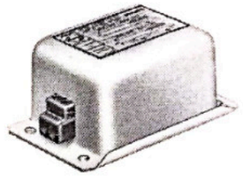




de como os Reatores Philips pararam algumas vêzes de funcionar, em menos de 20 anos

O Reator Philips é absolutamente silencioso. Dura muitos e muitos anos. E garante vatagem total às Lâmpadas Fluorescentes. Entretanto, as lojas, indústrias e escritórios que o utilizam, progridem, reformam suas instalações e até mudam-se para locais maiores... Nesses períodos, o Reator Philips, às vêzes, pára de funcionar...

Para manter a mesma qualidade em tôda a instalação, utilize também Lâmpadas Fluorescentes e Luminárias Philips.



PHILIPS REATORES PHILIPS
Para Lâmpadas Fluorescentes

neste V. pode confiar!

Envie-nos plantas ou dados de suas instalações e receba um projeto inteiramente gratuito.

S. A. PHILIPS DO BRASIL
Grupo Comercial Iluminação
Caixa Postal 8681 - São Paulo - SP

DESEJO RECEBER:
☐ maiores informações sôbre Reatores Philips para Lâmpadas Fluorescentes
☐ projeto de iluminação

Nome .....
Rua ..... N.º .....
Cidade .....
Estado .....

FILIAIS:
GUANABARA — BELO HORIZONTE — RECIFE — PÔRTO ALEGRE — CURITIBA SALVADOR — BRASÍLIA

Concurso internacional

A República da Áustria, representada pelo Ministério Federal de Construções e Técnica, instituiró, em colaboração com a Prefeitura de Viena, um Concurso Internacional de Projetos para a construção da sede de Organizações Internacionais (Organização Internacional de Energia Atômica — OIEA e Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial — UNIDO) e de um Centro para Congressos Internacionais em Viena.

Poderão participar todos os arquitetos que comprovarem a sua qualidade de associado de uma organização de arquitetos em seu país de origem. O mencionado concurso foi elaborado de acôrdo com os regulamentos da "Union Internationale des Architectes" UIA, para concursos de caráter internacional, e se realizará no período de 1.º de novembro de 1968 a 30 de abril de 1969.

O concurso abrange a adaptação e construção de obras com, aproximadamente, 700.000 m³ de área construída.

A importância total prevista para os projetos premiados é de US$ 89.500,00.

A publicação do Concurso será realizada em outubro de 1968. A taxa de depósito para as bases do Concurso é de US$ 100,00 (cem dólares), que será devolvida após a entrega dos projetos do Concurso.

Os interessados deverão comprovar sua qualidade de associado de uma organização de arquitetos no país de origem (IAB) e solicitar os formulários de inscrição, ao Escritório do Concurso:

ZIVILTECHNIKERTEAM
fuer die Vorbereitung des internationalen Wettbewerbes
AMISSITZ INTERNATIONALER ORGANISATIONEN
ARCHITEKTEN APPEL FLEISCHER
LINTL SCHWANZER
1010 WIEN, Marc Aurelstrasse 2a/30
AUSTRIA

Urbanização

Sob o título URBANIZAÇÃO o Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação engenheiro Duarte Pacheco, publica uma revista onde os assuntos relativos a planejamento urbano e habitação são tratados com grande interêsse e seriedade. A assinatura anual custa 120 escudos que corresponde aproximadamente a NCr$ 14,00. Os colegas interessados em assinar URBANIZAÇÃO devem se dirigir ao Centro no seguinte endereço: avenida Antônio Augusto de Aguiar, 17 — 4.º Dtº, Lisboa — Portugal.

Noticiário do CREA

Realiza-se no período de 24 a 30 de julho do corrente o Congresso de Conselheiros Federais e Regionais de Engenharia e Arquitetura, quando serão debatidos algumas proposições de interêsse da classe dos arquitetos entre as quais podemos salientar:

— responsabilidade da afixação de placas de projetistas exercendo a profissão em uma região, em obras executadas em outra região.
— licenciamento a título precário.
— acêrvo técnico das firmas e dos profissionais responsáveis técnicos das mesmas.
— normas para o registro de autoria de planos e projetos.
— relacionamento dos cargos e funções para os quais seja exigido o engenheiro, o arquiteto ou o engenheiro agrônomo.
— normas para as câmaras especializadas.
— indulto de profissionais que sofreram suspensão do exercício profissional.
— direito de autoria
— outros assuntos de interêsse interno do CONFEA e dos CREAs.

Espera-se que mais uma vez surjam dêsse Congresso medidas de proteção ao exercício profissional e o entrosamento das atividades desenvolvidas pelos conselhos regionais e o federal para uma ação eficaz e operativa.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO

EDITAL

O SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERFHAU), comunica aos escritórios e pessoas físicas interessadas em se cadastrarem nesta Autarquia, a nova tabela de preços, vigorante a partir desta data:

Taxa de inscrição (Escritórios)	NCr$	70,00
Taxa de inscrição (Individual)	NCr$	20,00
FORMULÁRIOS:		
Formulário de CADASTRO DE ESCRITÓRIO (1 jôgo)	NCr$	8,00
Formulário de CADASTRO INDIVIDUAL (Para pessoas físicas isoladas)	NCr$	2,00
Formulário de CADASTRO INDIVIDUAL (Para pessoas físicas isoladas)	NCr$	1,00
Fôlha avulsa suplementar (ESCRITÓRIO ou INDIVIDUAL)	NCr$	0,50
PUBLICAÇÕES		
Manual de Financiamento	NCr$	8,00
Areas Metropolitanas e Desenvolvimento Integrado no Brasil	NCr$	3,00

Em 26/7/68
HARRY JAMES COLE
Superintendente

Concurso de estudantes

Foi aprovado pelo plenário do CREA da 5.ª região o regulamento para o concurso a ser promovido pelo CREA que visa fundamentalmente estimular a criação de pesquisadores entre os estudantes de arquitetura, engenharia e agronomia. Êste concurso deverá atingir aos estudantes da última série dos cursos universitários dessas especialidades e constará de uma monografia sôbre o tema da pesquisa determinada. Brevemente serão lançadas as bases e o programa do concurso esperando-se que venha a motivar uma grande maioria dos estudantes universitários.

O futuro Paço Municipal do Recife situa-se em terreno conquistado com o atêrro da bacia do Rio Capibaribe, na ilha do bairro do Recife, no trecho chamado Cais do Apolo e terá uma área de 36.000 m².

O local é bastante privilegiado em relação ao sistema viário, áreas de estacionamento, ventilação e insolação e, principalmente, quanto a sua implantação no panorama urbano, ficando o conjunto arquitetônico com total domínio sôbre a cidade, valorizando bem sua principal característica de sede administrativa municipal.

O conjunto arquitetônico é composto de quatro blocos, o principal com 15 pavimentos, onde será instalado o organismo administrativo da Prefeitura. Seu acesso será através de uma plataforma-esplanada, à 2.60m do solo, que permitirá ao público uma visão panorâmica da cidade, servindo também como local para encontros, etc. Neste bloco estão localizados os serviços de turismo, restaurante, cantina, além de auditório e salões de exposição.

O bloco da Secretaria de Finanças está composto de um grande hall destinado ao público recolhedor de impostos e ao pagamento dos funcionários, demais seções administrativas e um mezanino a 2,50m destinado ao gabinete do Secretário.

Devido à proximidade da faixa portuária e sabendo-se da grande quantidade de fuligem desprendida pelos navios, foi previsto no projeto sistema de ar condicionado central, assim como o prédio principal está situado perpendicularmente à faixa. Com a fachada em empena sem aberturas e as fachadas de maior superfície (72,00 m) protegidas por um sistema de aletas em concreto, sacadas de 1,50 m, que servirão de filtro, será interceptado grande parte do material sólido em suspensão na atmosfera. Essas próprias aletas, como elementos preponderantes, caracterizarão o aspecto externo.

A Câmara dos Vereadores estacada no bloco principal (simbolizando a independência dos podêres executivo e legislativo) compõe-se de um bloco horizontal — serviços burocráticos, gabinetes, salões e outro cilíndrico destinado ao plenário.

Renovação urbana é tema do XII Congresso Panamericano de Arquitetos

A Federação Panamericana de Associações de Arquitetura realizará em outubro deste ano em Bogotá o XII Congresso Panamericano de Arquitetos.

1. A cidade é a mais complexa criação do homem. Ela se desenvolve como um organismo exatamente dinâmico que cresce a base de estímulos incontroláveis oriundos de situações sociais, políticas e macroeconômicas que requerem enfoque, planejamento e soluções diversas das até agora experimentadas e que se mostraram indeficazes.

2. Existem nas cidades, apesar de tudo, setores que permaneceram durante muitos anos adequados à necessidade de seus moradores e que necessitam ser conservados.

3. Outros setores se deterioraram pelo impacto do rápido crescimento e do avanço tecnológico, determinando novos usos exigindo recuperação.

4. Algumas áreas chegaram ao estado de deterioração ou nasceram inadequadamente, como é o caso das chamadas áreas marginais cuja recuperação é impossível e necessitam de redesenvolvimento.

5. O processo de urbanização se dá de muitas maneiras e os arquitetos devem preparar-se para colaborar na concepção de novas cidades decidindo-se entre tres alternativas: a) densificar as cidades atuais; b) expandí-las horizontalmente; c) criar novas cidades.

A Federação pretende com êste Congresso dar nôvo sentido a renovação urbana fazendo com que ela deixe de ser entendida como simples medida estética e de plástica urbana para ser antes tudo um processo de renovação do ambiente urbano que permitirá oferecer a seus habitantes o meio adequado por êles exigidos para o exercício de suas funções como indivíduos e como integrantes do grupo social. A renovação urbana é necessária face a ocorrência da deterioração física e social do meio urbano atual que é produto dos fatos mais importantes dos últimos anos: o acelerado crescimento da população e sua tendência cada vez mais forte para concentração em cidades, sem que estas tenham nem tempo nem recursos para alojá-la devidamente. Qualquer um dêsses fatôres é de especial significação na América Latina e devem constituir o primeiro elemento de estudo quando se trata do problema e suas soluções. Sôbre êste aspecto os organizadores do VIII Congresso afirmam: "A primeira manifestação dêste fenômeno é a profunda desorganização social produzida pela mudança cultural, especialmente no meio urbano, onde se encontram não só individuos inadaptados, como grupos, setores da população e até mesmo coletividades inteiras que não conseguem integrar-se e se constituem em população marginal não só em sentido geográfico como social. Estas populações muitas vêzes apresentam o caráter de unidades intermediárias que conservam sobrevivências rurais tanto em seu comportamento exterior como em sua mentalidade. No entanto, elas apresentam aspectos mais úteis que nefastos desde que tenham como causa ou representem uma etapa de transição no processo de transição. Em caso contrário, dá-se uma cristalização de unidades habitacionais e de grupamentos humanos bloqueado em um permanente estado de inadaptação que contribue para a aceleração da deterioração física e social dos centros urbanos". Os organismos encarregados da solução do problema da moradia nos diversos países deviam procurar esta situação e aproveitar os aspectos positivos do processo de urbanização, uma vez que ninguém ousa negar que êle prosseguirá apesar de tudo e que se fôsse orientado seria mais positivo do que negativo. A êsse respeito o documento preliminar do VIII Congresso Panamericano dos Arquitetos afirma que: "Está demonstrando, todavia, que apesar de tôdas as dificuldades o homem atual tende a consentrar-se sòmente as aglomerações urbanas têm condições para criar a tecnologia, a cultura e os serviços de que necessita a população. A urbanização atua como um imperativo de progresso que reverte ao campo buscando seu equilíbrio. A concentração urbana libera o indivíduo dando-lhe uma nova dimensão que só pode ser apreciado em conjunto, ela possibilita uma maior sobrevida através dos avanços de medicina e forma uma mentalidade responsável ante a solução dos problemas do homem; paradoxalmente diminue as taxas de crescimento da população, para dar origem a um nôvo ciclo de civilização".

Prisão de Arquiteto

A propósito da prisão injustificada do arquiteto Bernardo Figueiredo, durante as manifestações estudantis do dia 21 de julho passado, o Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil enviou ao governador Negrão de Lima, da Guanabara, o seguinte ofício:

"O Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção Brasileira da Union Internationalle des Architectes — UIA — Órgão Consultor da UNESCO, e que congrega a totalidade dos arquitetos brasileiros, vem à presença de Vossa Excelência manifestar sua estranheza e repúdio pelos fatos ocorridos, em fim da semana passada, quando a Polícia do Estado que Vossa Excelência governa, agindo com incríveis atos de violência, agrediu indiscriminadamente, ao povo e aos estudantes, nas ruas da Guanabara.

Acresce mais ainda nossa preocupação ao tomarmos conhecimento de que entre as pessoas atingidadas ficara em nosso colega, o arquiteto Bernardo Figueiredo que se encontra, atualmente, detido nesse Estado. Trata-se de arquiteto que conta com larga fôlha de serviços prestados a nossa cultura, inclusive pelos seus trabalhos fora de nossas fronteiras.

Segundo informações, chegadas ao nosso conhecimento, e por notícias de jornais, temos conta de que sua prisão se revestiu de brutal espancamento, acompanhada de atos revoltantes a própria dignidade humana.

Não podemos entender, Senhor Governador, que fatos como êstes aconteçam, ainda, em nosso país, mormente nesse culto e progressista Estado da Guanabara.

Neste sentido, a lado de protesto veemente dos arquitetos brasileiros que êste Instituto representa, solicitamos à Vossa Excelência, a libertação do arquiteto Bernardo Figueiredo, para que gozando de seus direitos de cidadão possa êle retornar ao convívio de sua família e às suas tarefas de profissional digno da arquitetura brasileira. Certos de contarmos com a compreensão e o apôio patriótico de Vossa Excelência na solução dêste grave problema que atinge a tôda cultura brasileira, apresentamos nossos protestos da mais alta consideração."

A Comissão Diretora do IAB-GB também enviou ao Governador da Guanabara um telegrama cujo texto damos a seguir:

"A Comissão Diretora do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Guanabara, tomando conhecimento da injustificável prisão do arquiteto Bernardo Figueiredo, profissional de renome, autor de projetos que representaram para o País no exterior, quando transitava na Avenida Rio Branco na última sexta-feira, dia vinte e um, deliberou manifestar a Vossa Excelência seu protesto contra a violência cometida aos direitos fundamentais do cidadão contra a cultura brasileira e exigir a pronta liberação dêste distinguido colega."

Federação Nacional dos Engenheiros tem nova diretoria.

O engenheiro Beux, do Rio Grande do Sul é o nôvo presidente da Federação Nacional de Engenheiros a qual estão filiados os sindicatos de Engenheiros de São Paulo, da Guanabara, de Minas Gerais, do Paraná e Volta Redonda. A nova diretoria recentemente empossada em cerimônia que contou com a presença do Ministro do Trabalho tem a seguinte composição: presidente: eng.º Armindo Beux (RS); 1.º vice-presidente: eng.º Cyro Peixoto Santos (SP); 2.º vice-presidente: eng.º Ramal David Curi (PR); 1.º secretário: Eng.º Ruy de Viveiros Leiria (RS), 2.º secretário: Eng.º Gercy Kokot (RS); 1.º tesoureiro: Eng.º Manoel James Pontes (RS); 2.º tesoureiro: Eng.º Aroldo Mello da Silveira (RS).

Belo Horizonte, 1968 — VII Congresso Brasileiro de Arquitetos

O temário do VII Congresso visa atender simultâneamente o interêsse dos arquitetos brasileiros, que nêsse momento parece estar voltados principalmente para o problema do exercício da sua profissão, e também, a necessidade de nos prepararmos para o próximo Congresso da Associação Pan-Americana das Associações de Aquitetos, a se realizar de 6 a 12 de outubro próximo, em Bogotá.

O Departamento de Minas Gerais, objetivando descobrir os pontos que poderiam despertar maior interêsse para discussão durante o VII Congresso, promoveu uma pesquisa entre os colegas de Belo Horizonte, a qual indicou ser o problema do Exercício da Profissão o mais capaz de polarizar a atenção e o interêsse de todos.

Quando da reunião do Conselho Superior do IAB, realizado em Belo Horizonte no último dia 18/5/68, o problema foi discutido chegando-se à conclusão que êsse deveria ser realmente o primeiro tema do Congresso.

O temário estabelecido será debatido nos quatro grupos de discussão que funcionarão durante o Congresso, cada grupo dedicado à discussão dos trabalhos que versarem sôbre cada um dos sub-temas.

O primeiro grupo, correspondente ao sub-tema "Imagem e função do Arquiteto na Sociedade Brasileira", tem como objetivo verificar até que ponto há uma correspondência entre o papel que o arquiteto se propõe desempenhar na nossa sociedade e a imagem que essa mesma sociedade tem a seu respeito. No momento atual, quando nos propomos desempenhar um elenco bastante diversificado de tarefas, algumas delas novas, que vão do planejamento ao desenho industrial, é necessário verificarmos até onde estamos sendo compreendidos e o que poderiamos fazer para melhorar a imagem que a sociedade forma do arquiteto.

No segundo grupo serão discutidos os trabalhos que versarem sôbre os problemas relativos à tôda a legislação que rege a atividade profissional, inclusive remuneração do arquiteto e regulamentação de concursos. Será também discutido nêsse grupo o problema do mercado de trabalho do arquiteto e a sua organização profissional frente às características do mercado atual e potencial. Há necessidade, por exemplo, de o IAB estudar com maior atenção o papel dos arquitetos que trabalham em órgãos públicos, já que o poder público constitui a maior fonte de emprêgo para os que não exercem a arquitetura e o urbanismo como profissão liberal, e também porque diversas tarefas relacionadas com a nossa profissão competem e só têm perspectivas de serem levadas a efeito através de órgãos públicos. Ainda nêsse grupo deverá ser discutida a organização profissional do arquiteto, que além do problema da tabela de honorários, principalmente para trabalhos de planejamento, está a exigir uma revisão dos métodos e da estrutura do trabalho. Os trabalhos de planejamento, principalmente, parecem exigir uma organização empresarial e interdisciplinar mais aperfeiçoada do que a adotada até agora pelos escritórios de arquitetura.

O tema II — Desenvolvimento Urbano — será debatido nos terceiro e quarto grupos. O terceiro se referirá aos problemas de expansão e renovação urbanas, e o quarto será mais específico de habitação, porém dentro de uma visão abrangente do problema.

Seria de interêsse que o tema II fôsse discutido sob enfoques diversos. Sugerimos, por exemplo, os seguintes:

1 — Enfoque teórico: — consistiria numa interpretação teórica do desenvolvimento urbano e dos problemas que dêle resultam. Recomendar-se-ia, nêsse caso, que mesmo através de um enfoque teórico, não se perdesse a perspectiva da nossa realidade, que se traduz por condições e níveis especiais de desenvolvimento sócio-político-econômico
2 — Enfoque documentário: — consistiria em documentar e divulgar a análise e interpretação de fatos concretos de interêsse urbanístico, arquitetônico ou mesmo interdisciplinar, relacionados com o desenvolvimento urbano. Os colegas que têm participado da realização de pesquisas, seja no meio universitário, seja nos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, seja ainda como atividade privada, poderiam trazer informação sôbre seus trabalhos.

3 — Enfoque político-administrativo: — O Congresso constitui uma oportunidade excepcional para se dar um balanço nas dimensões, no conteúdo e nos resultados até agora obtidos, da política governamental no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e a habitação em particular. Interessaria verificar e discutir o que se tem feito de concreto em têrmos de planejamento urbano, o que isso significa com respeito à ampliação e diversificação do mercado de trabalho do arquiteto, e que resultados concretos já se apresentam.
4 — Enfoque didático-pedagógico: — consistiria em verificar até que ponto nossas universidades, e em particular, nossas escolas de arquitetura, estão sensibilizadas pelo problema do desenvolvimento urbano. Interessaria saber quais os órgãos e trabalhos de pesquisa existentes, quais os programas e métodos de ensino adotados nos cursos de urbanismo, arquitetura e nos cursos interdisciplinares de planejamento urbano.

Programa provisório do VII Congresso

21/9 — Recepção e inscrição das delegações — programa social, inauguração da exposição "1.ª Premiação Bienal do IAB".
22/9 — Reunião do Conselho Superior — manhã, visita a Sabará, parque industrial e Pampulha — tarde, abertura solene do Congresso — noite.
23/9 — manhã — 1.ª plenária (organização do grupo), tarde — 1.ª reunião do grupo, noite — 2.ª reunião de grupo.
24/9 — manhã — 3.ª reunião de grupo, tarde — reunião de relatórios de grupo, noite — livre.
25/9 — manhã — 2.ª plenária, discussão dos relatórios, tarde — 3.ª plenária dos grupos, discussão dos relatórios, noite — reunião da Comissão de relatórios do Congresso para a elaboração do relatório final.
26/9 — passeio à Gruta de Maquiné, concêrto na Gruta.
27/9 — manhã — 4.ª plenária para aprovação do relatório final, tarde — livre, noite — encerramento do Congresso.
28/9 e 29/9 — passeio a Ouro Prêto e Congonhas.

I Premiação Bienal do IAB

Junto com a realização do VII Congresso Brasileiro de Arquitetos a se realizar em setembro próximo em Belo Horizonte, terá lugar a I Premiação Bienal do IAB. A esta premiação poderão concorrer arquitetos de todo o país que tenham sido distinguidos nas premiações anuais dos Departamentos. Os colegas interessados em participar da I Premiação deverão enviar seus trabalhos até 6 de setembro de 1968.

Federação mundial de engenheiros

Sob a égide da UNESCO, constituiu-se de 4 a 7 de março dêste ano, em Paris, a Federação mundial das organizações de engenheiros. A assembléia constituinte da entidade, da qual participaram 120 delegados de 60 países, foi presidida por Eric Choisy, eleito também para a presidência da Federação. A vice-presidência coube a C. R. Vegh-Garzon, presidente da União Panamericana das Associações de Engenheiros.

Concursos Premiações

15-31 agôsto 1968 (entrega dos trabalhos) Tóquio, Japão	Concurso para "Um conjunto de seis Residências", patrocinado pela Revista The Japan Architect.	Prêmios num total de um milhão de yens. The Japan Architect, Shinkenchil-Ku-Sha Co., 31, 2-chome, Yushima, Bunkyo-ku, Tokio, Japan.
28 agôsto 1968 (entrega dos trabalhos) Juàzeiro, BA	Concurso para o estudo preliminar de um hotel de turismo em Juazeiro, Bahia.	Premios: 1.º NCr$ 5.000,00 2.º NCr$ 3.000,00 3.º NCr$ 2.000,00 4.º NCr$ 1.000,00 5.º NCr$ 500,00 Secretaria de Assuntos Regionais e Urbanos, Departamento de Turismo do Govêrno do Estado da Bahia. Informoções nos departamentos estaduais do IAB.
20 setembro 1968 (entrega dos trabalhos) Rio de Janeiro, GB	Concurso Nacional de Anteprojetos para a Nova Penitenciária do Estado da Guanabara.	IAB-GB, Av. Rio Branco, 277 grupo 1301. Prêmios: 1.º NCr$ 14.000,00 2.º NCr$ 6.000,00 3.º NCr$ 4.000,00
30 setembro 1968 (entrega dos trabalhos) São Paulo, SP	Concurso Nacional de Anteprojetos para a Nova Sede da Secretaria de Agricultura de São Paulo	IAB-SP Rua Bento Freitas, 306, São Paulo-SP Prêmios: 1.º NCr$ 30.000,00 2.º NCr$ 16.000,00 3.º NCr$ 9.000,00 4.º NCr$ 5.000,00 5.º NCr$ 4 000,00
30 setembro 1968 (entrega dos trabalhos) Milão, Itália	Concurso de idéias para nôvo mibiliário destinado à infância. Promoção e organização da revista ABITARE com a colaboração do Centro Baby Mark.	ABITARE/CONCORSO BAMBINI, 3, via Giuseppe Sachi 20121, Milano — Itália.
1 novembro 1968 (inscrições) Viena, Áustria	Concurso Internacional para a Sede das Organizações Internacionais (OIEA, UNIDO e Centro de Congressos Internacionais de Viena)	ZIVILTECHNIKERTEAM Amtssitz Internationaler Organizationem Arch. Appel Fleicher Lintl Schwanzer 1010 Wien, Marc Aurelstrasse 2a/30 Austria.
30 novembro 1968 Rio-GB	VI Premiação Anual IAB-GB	IAB-GB, Av. Rio Branco, 277 grupo 1301 Rio-GB
30 março 1969 (entrega dos trabalhos) Sofia, Bulgária	Concurso Internacional para um monumento a Khan Asparoun	Prêmios: 1.º 25.000 levas 2.º 12.000 levas 3.º 5.000 levas União dos Artistas Búlgaros 37, Moskovska St. Sofia-Bulgária Embaixada da Bulgária, Rua Carlos Goes, 64 — Rio

21-28 setembro 1968 Belo Horizonte, Minas Gerais	"Exercício Profissional e Desenvolvimento Urbano". VII Congresso Brasileiro de Arquitetos:	IAB-MG Av. Amazonas, 491 — s/412 Belo Horizonte — MG
3-8 outubro 1968 Nancy, França	II Salão Internacional do Equipamento Urbano.	Salon International de l'equipement urbain 54, Nancy 01, boite postale 593 France
7-16 outubro 1968 Ottawa, Canadá Washington, USA	Conseil International du Bâtiment pour la Recherche, l'Etude et la Documentation. IV Congresso Internacional: "A construção no mundo em 1968".	IV Congrès International du CIB Conseil National de Recherche du Canadá Ottawa, Canadá
17-24 outubro 1968 Zacatemo, México	Encontro de jovens arquitetos por ocasião dos Jogos Olimpicos na Cidade do México.	Comité organizador de los Juegos de la XIX Olimpiade, a/c Ruth Rivera — 170 avenida de las Fuentes, Mexico 20 D. F. México
20-25 outubro 1968 Lima, Peru	VII Congresso Interamericano de Planificação — SIAP. "América no ano 2000".	Carabaya, 515, oficina 600, casilla 6125 Lima, Peru
novembro 1968 Rio de Janeiro, GB	Seminário brasileiro (de âmbito internacional) para formulação de politica sôbre áreas metropolitanas e seu papel nos países em desenvolvimento.	SERPHAU — M. I. Av. Presidente Wilson, 164, 7.º andar, Rio — GB.
8-14 dezembro 1968 Cidade do México. México	2.º Colóquio sôbre Museus. "A arquitetura dos Mueseus: os problemas de acesso e circulação".	Museu Nacional de Antropologia, a/c Mário Vazquez, bosque de Chapultepec, México, 5, D. F. México
9-15 outubro 1969 Buenos Aires Argentina	X Congresso da União Internacional de Arquitetos: "A arquitetura como fator social".	Union Internationale des Architectes 4, Impasse d'Antin Paris VIII, France

Profissão do arquiteto e desenvolvimento urbano

Os arquitetos brasileiros vão se reunir em Belo Horizonte em setembro próximo para realizar o VII Congresso Brasileiro de Arquitetos. Para temário do Congresso foram escolhidas duas ordens de problemas, para os quais os arquitetos tem demonstrado últimamente extrema sensibilidade **o exercício da profissão de arquiteto e o desenvolvimento urbano.**

Uma pesquisa de opinião entre arquitetos mineiros realizada pelo Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil revelou que os aspectos relacionados com o exercício profissional eram os que demonstravam maior capacidade de polarizar o interêsse da classe.

Mais tarde, em reunião realizada em Belo Horizonte, o Conselho Superior do IAB concluiu igualmente pela oportunidade de se discutir no VII Congresso problemas relacionados com o exercício da profssião de arquiteto, juntamente com outros ligados ao crescimento urbano. E, assim sendo, o tema do **Exercício da profissão de arquiteto** foi desdobrado em dois sub-itens: **imagem e função do arquiteto na sociedade brasileira e legislação, mercado e organização profissional do arquiteto.**

O estudo do primeiro dêsses subtemas visa verificar até que ponto existiria correspondência entre o papel que o arquiteto se propõe a desempenhar na sociedade e a imagem que essa mesma sociedade tem a seu respeito.

O desenvolvimento tecnológico de nosso século abriu inúmeras frentes novas para o arquiteto mas alterou algumas das características tradicionais do exercício de sua profissão. O elenco bastante diversificado de tarefas que o arquiteto tem sido levado a enfrentar — elas vão desde o desenho industrial ao planejamento de cidades, sem esquecer aquelas que se ligam ao espaço em que o homem se abriga — exige além de definição clara e corajosa de objetivos uma posição aberta e receptiva ante a extrema complexidade dos aspectos sociais, humanos, físicos e econômicos com que deverá lidar.

O segundo tema — desenvolvimento urbano — igualmente dividido em dois subtemas, deverá abordar e discutir a expansão e renovação urbana e habitação.

O IAB-MG, responsável pela organização do VII Congresso, recomenda que a discussão do tema **desenvolvimento urbano** considere os seguintes aspectos:

a) enfoque teórico: interpretação teórica do desenvolvimento urbano e dos problemas dêle decorrentes, cuidando-se em não perder a perspectiva de nossa realidade, a qual está traduzida por condições e níveis específicos de desenvolvimento sócio-político-econômico;

b) enfoque documentário: documentação e divulgação dos fatos de interêsse urbanístico, arquitetônico, bem como dos demais aspectos que dão ao desenvolvimento urbano a feição interdisciplinar. Seriam muito bem recebida. Tôda a contribuição baseada nas experiências concretas, nas pesquisas e nos estudos quer tenham origem na atividade universitária, em órgãos públicos de planejamento ou no exercício profissional privado, será do maior proveito e da maior relevância para o levantamento do quadro nacional de desenvolvimento urbano.

c) enfoque político-administrativo: o VII Congresso seria a ocasião de excepcional oportunidade para se dar verdadeiro balanço daquilo que já se fez ou está fazendo neste campo em todo o país. A política governamental no plano do desenvolvimento urbano e da habitação deve ser estudada, analisada e debatida à luz dos empreendimentos levados a efeito, dos resultados até agora obtidos e de sua repercussão na estrutura urbana existente. As perspectivas do crescimento urbano brasileiro se colocam a nossa frente como dramático desafio à capacidade profissional do arquiteto e de muitos outros profissionais com os quais êle deverá trabalhar em estreita colaboração.

d) enfoque didático-pedagógico: verificar até que ponto nossas universidades — em particular as escolas de arquitetura — estão sensibilizadas pelos problemas colocados pelo desenvolvimento urbano.

Retificação No editorial do número anterior datas de alguns documentos legais relativos a defesa do patrimônio foram trocadas. Corrigimos: a Constituição é a de 1967 e a lei específica de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional é de novembro de 1937.

74
Agôsto/68

ARQUITETURA

Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil

Conselho de Redação: Augusto Silva Teles IAB-GB; Edgar Graeff IAB-DF; Henrique E. Midlin IAB-GB; Icaro de Castro Mello IAB-SP; Jorge Machado Moreira IAB-GB; Jorge Wilheim IAB-SP; J. Vilanova Artigas IAB-SP; Marcos Konder Netto IAB-GB; Maurício Roberto IAB-GB; Oscar Niemeyer IAB-DF; Paulo Antunes Ribeiro IAB-GB; Paulo F. Santos IAB-GB; Sylvio Vasconcelos IAB-MG e Zuenir Carlos Ventura.

Diretor Responsável: Maurício Nogueira Batista IAB-GB.
Diretor Secretário: Alfredo L. Britto IAB-GB.
Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos
Editor-chefe: Ferreira Gullar.
Diagramação: Sonia Regina Arueira de Meirelles
Conselho de Representantes: Alberto Xavier IAB-RS; Vital Maria Pessoa de Mello IAB-PE; Rosa Alba Sarno IAB-BA; Almir Fernandes IAB-PR; José Armando Farias IAB-CE; Geraldo Nogueira Batista IAB-DF; Reinaldo Calvo IAB-MG; Siegbert Zanettin. IAB-SP.

2 Arquitetura hoje

12 Editorial

14 Concurso para a Biblioteca Central da Bahia

21 Charge

22 Novos Conceitos em transporte urbano

25 Mensagem do CEMUAM

30 Aspectos do planejamento urbano

32 Painel

33 O auto-serviço III

38 Legislação

Arquitetura: órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil.
n. 1 — ago./set., 1961
IAB, 1961
v. ilust. 31 cm. mensal.
De ago./set. 1961 — mar./abr. 1962, publicada sob o título IAB-Guanabara.
1. Arquitetura-Brasil-Periódicos. I. Instituto de Arquitetos do Brasil, Rio de Janeiro. CDD 720.5

Colaboradores: Alberto Vieira de Azevedo (IAB); Alex Nicolaeff (IAB); Claudius S. P. Ceccon (IAB) Fernando Abreu (IAB); Fortuna; Mozart Vitor-Sena (IAB); Peter José Schweizer (IAB); Leandro Tocantins, Luiz Miranda Correa. **Tradutores:** John e France Knox.

Redação, Administração e Assinaturas: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277 — gr. 1.301 — Tel.: 22-1703 — Rio — GB.

Publicidade: SITRAL — Serviço de Imprensa, Televisão e Rádio Ltda. — Rio: Av. Beira Mar, 406 gr. 607 fone: 22-9204 — São Paulo: Rua Seminário, 199 2.º andar conj. 22 fone: 34-9853.

Composição e Impressão: Gráfica e Editôra Livro S.A.

Publicação distribuida gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, escritórios técnicos, firmas de decoração, mobiliário e equipamento para interior, galerias de arte, e firmas construtoras do Rio, São Paulo e demais Estados.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas: Preço do exemplar: NCr$ 2,00; número atrasado NCr$ 3,00; exterior US$ 1; assinatura. 1 ano NCr$ 20,00; exterior; US$ 10.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Concurso para a Biblioteca Central da Bahia

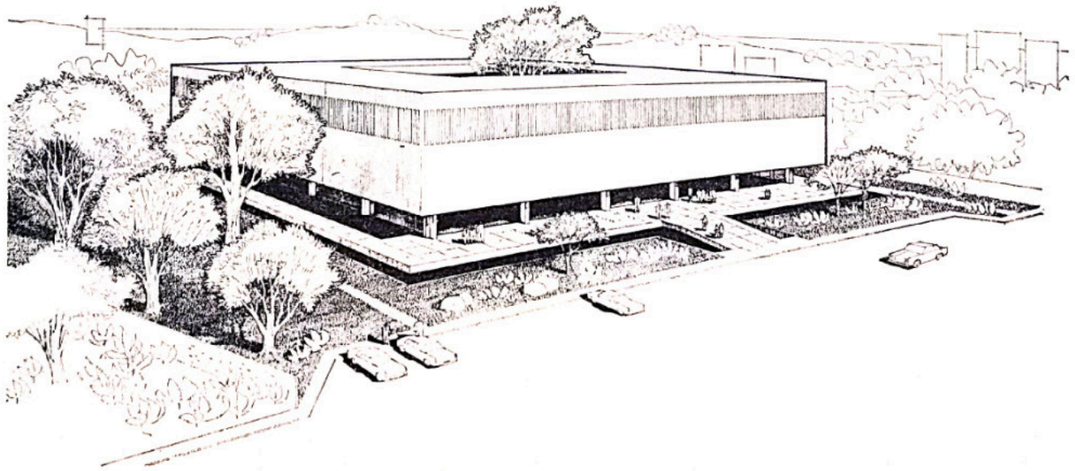
O 1.º Prêmio do Concurso Público Nacional para o Estudo Preliminar do Projeto do Edifício Sede da Biblioteca Central do Estado da Bahia foi ganho pela equipe dos arquitetos Ulrico Zurcher, Enrique Alvarez e Rodrigo Pontual, da Bahia.

Coube o 2.º Prêmio à equipe de arquitetos Joaquim Guedes, Pedro Taddei, Silvio Sawaya e Tokuji Ito, de São Paulo, sendo as seguintes as demais classificações: 3.º Prêmio — equipe de arquitetos Roberto Luís Gandolfi, Abrão Aniz Assad e José Sanchotene, do Paraná; 4.º Prêmio — equipe de arquitetos Miguel Pereira e Ivan Mizoguchi, do Rio Grande do Sul; e 5.º Prêmio — equipe de arquitetos José Rodrigues de Faria Sobrinho e Lúcia Moschella, de Brasília.

Integraram o Júri, os seguintes arquitetos: Acácio Gil Borsoi, IAB-PE; Paulo Antunes Ribeiro, IAB-GB; Marcos Konder Neto, IAB-GB e a bibliotecária Adalgisa Moniz de Aragão, além do arquiteto-consultor prof. Walter Velloso Cordilho e o prof. Nélson de Souza Sampaio.
Dos 137 concorrentes inscritos, apenas 69 apresentaram trabalhos.

Razões

Reunido desde o dia 10 de abril, o Júri concluiu no dia 13 seus trabalhos, lavrando a ata de que extraímos o trecho referente à fundamentação do julgamento dos trabalhos, sua escolha e classificação. Diz a ata: "Justifica a Comissão do Júri a sua escolha no fato de que cada um dêsses trabalhos apresenta um aspecto positivo na solução do estudo preliminar, sendo o trabalho de número 52 o que melhor atende aos objetivos visados. A seguir, decidiu a Comissão do Júri tecer comentários sôbre o projeto vencedor de número 52, cujo autor ou autores apresentaram uma solução natural e simples para o problema dos acessos aos locais de leitura, áreas de depósito de livros e administração, criando ao mesmo tempo uma ambientação paisagística perfeita pela comunicação visual do jardim central e parque existente. Há como uma interpenetração da vegetação que vai produzir um efeito muito interessante de leveza em contraste com o volume fechado da parte superior do prédio. Nota-se e é importante, que o partido adotado é propício ao clima da Bahia ensejando uma ventilação cruzada nas dependências. A estrutura é tradicional e simples, embora o Júri não concorde com a junta de dilatação digonal proposta que, além de outras considerações, obriga a colocação de uma coluna sôlta, sem nenhuma necessidade. A Comissão chamou a atenção também para a situação da garage e sua movimentação e recomenda a melhoria do acesso da biblioteca circulante e do auditório."

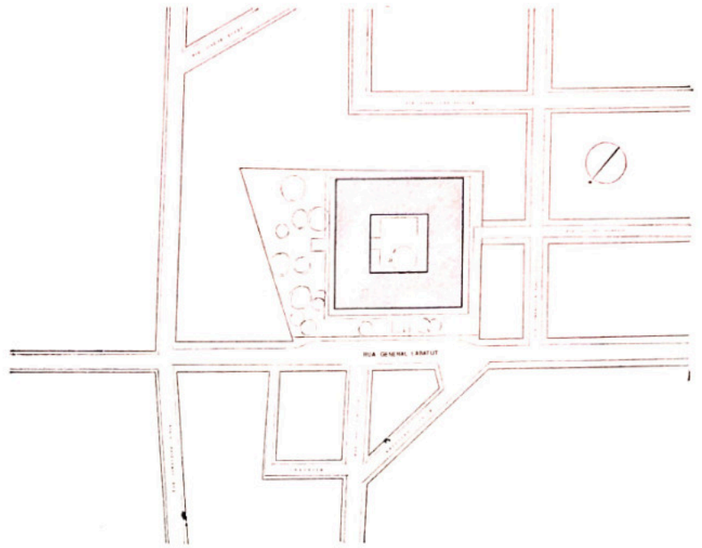


Projeto vencedor

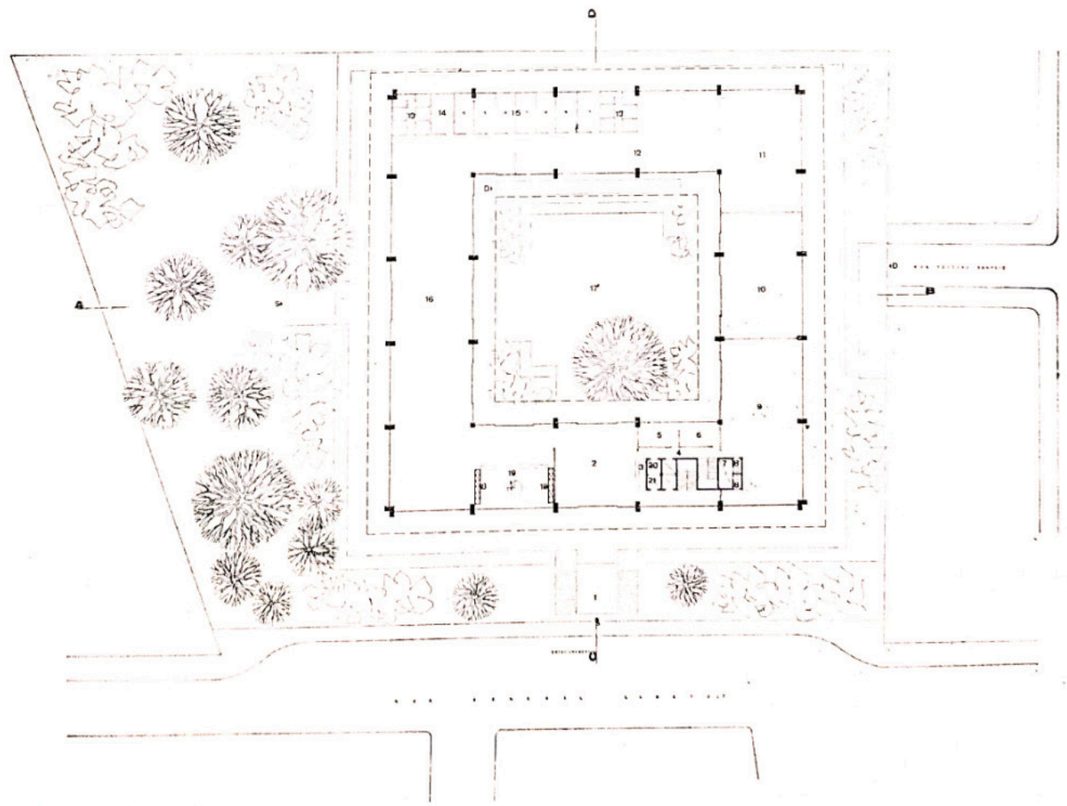
Primeiro prêmio

Ulrico Zurcher, Enrique Alvarez e Rodrigo Pontual, arquitetos
Bahia

Consultores: eng.º Francisco Lemos Santa e bibliotecária Fernanda Machado Pinto.



planta de situação



planta do pavimento térreo

Considerações Gerais. O esquema ideal para funcionamento perfeito de uma biblioteca seria em dois planos: um para depósitos e serviços anexos e outro para o público. A administração geral poderia ser situada em qualquer um dos planos ou, mesmo, separada pois sua função é primordialmente burocrática, cujos contactos são através de funcionários executivos e poucas vêzes atendem diretamente o público.

Daí a nossa preocupação de usar a maior área por pavimento, fugindo à tradicional e obsoleta "tôrre".

O terreno disponível, entretanto, não tem as condições de área satisfatória para atender o partido arquitetônico po rnós considerado ideal. Além do mais, o terreno está povoado de magníficas árvores.

O resultado final de nosso estudo foi um edifício quadrado com 66 por 66 metros em 4 pavimentos assim distribuídos:
Pavimento semi-enterrado ou primeiro pavimento: biblioteca circulante, serviço de extensão, auditório, exposições, cantina, instalações de confôrto, salas de aulas, serviços gerais.

Pavimento térreo ou segundo pavimento: hall, expediente, salões de leitura.

Terceiro e quarto pavimentos: depósitos gerais e catálogo coletivo.

Quinto pavimento: divisão de bibliotecas, administração geral da biblioteca central, livros raros, braille, documentação e reprografia, processamento técnico.

A parte central do edifício é vazada, com um grande pátio ajardinado, oferecido a tôdas as salas de leitura do pavimento térreo. Êste claustro além de oferecer melhor iluminação e ventilação naturais, criando um microclima capaz de tornar supérfluo o ar condicionado, também dá uma ambientação mais repousante aos leitores, funcionando como extensão dos salões de leitura, preservando e valorizando a maior árvore existente no terreno.

O projeto possui duas circulações diferenciadas, uma para público e outra para funcionários, sendo inclusive os acessos diferenciados. Para o público a ligação entre o pavimento semi-enterrado e o térreo será feita através de rampa.

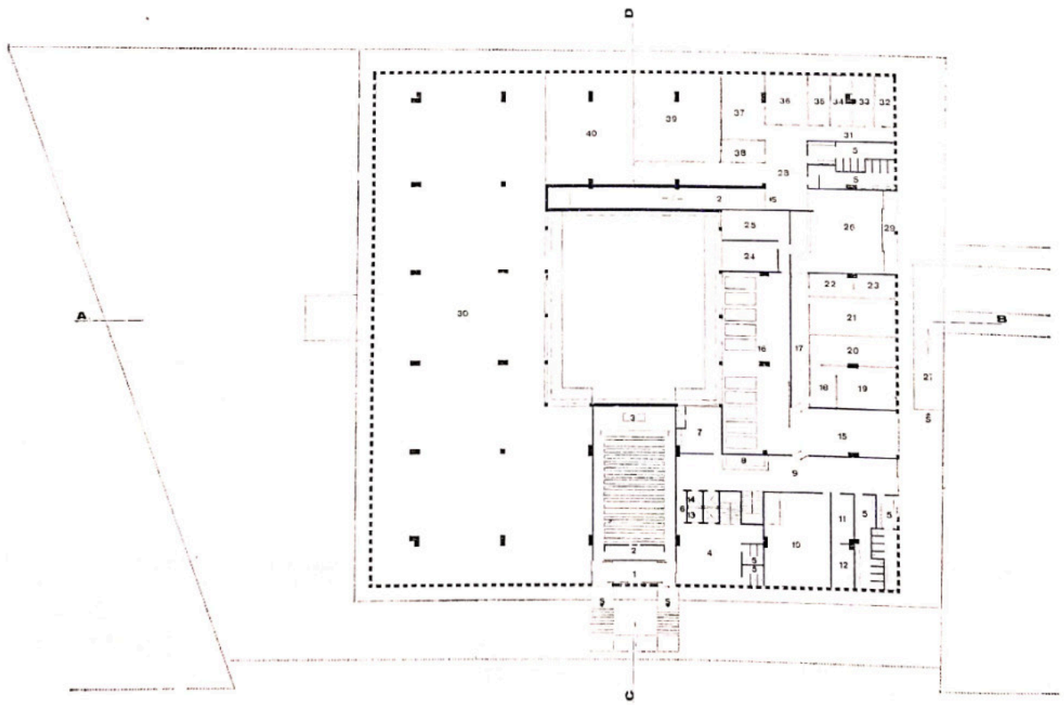
O aspecto plástico, é o de um grande sólido vasado apenas por uma faixa contínua de aberturas correspondentes ao quinto pavimento e suportado por robustos pilares do pavimento térreo, êste totalmente transparente. Tratando-se de obra para grande público procuramos dar ao edifício uma escala humana, condizente com sua função de Universidade Popular, e não biblioteca monumental.

Estrutura. Procuramos uma disposição de colunas que satisfizesse as exigências especiais decorrentes das funções do edital.

1 — Fundações

Como o edifício está localizado em zona geológica conhecida, sabemos que abaixo do subsolo numa profundidade máxima de 2 metros encontraremos argila medianamente compacta, na qual pode-se utilizar uma taxa de trabalho de 2 a 2,5 kg/cm² para fundações diretas em sapatas isoladas. Para o conjunto de elevadores, escadas e casa de máquina inferior se constituirá em caixo de concreto armado, constituirá em caixa de concreto armado, poços dos elevadores, tudo apoiado sôbre uma placa armada. Um reticulado de cintas ao nivel da lage de impermeabilização fará o contraventamento.

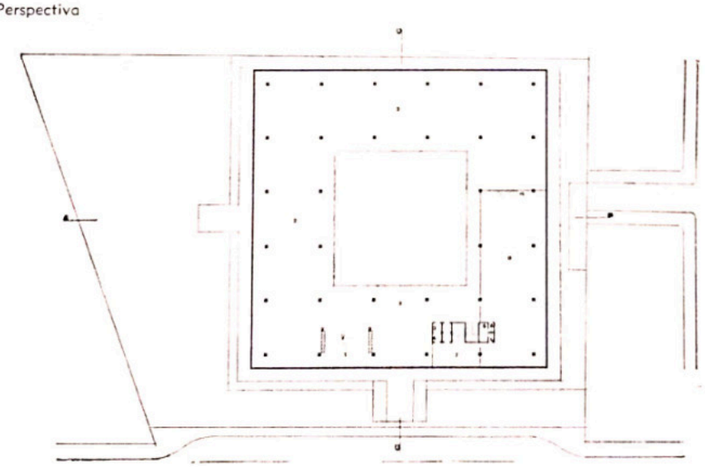
O composto de micro pilares que vão até o nível do semi-enterrado, será apoiado em sapata contínua tipo radier.



planta do pavimento semi-enterrado

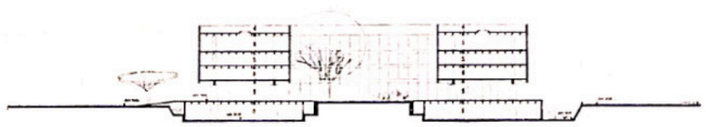


Perspectiva



4.º pavimento





Cortes

2 — Superestrutura

O dimensionamento da lage do teto do pavimento semi-enterrado bem como as do piso dos terceiro e quarto pavimentos e o teto do quarto pavimento, foi estabelecido para uma disposição reticular de vigas, (trama) com disposição de entre-eixos de 1,25 e 1,50 m, para cada uma das duas direções ortogonais, ficando as vigas correspondentes das linhas de apôio mais espessas que as outras. O pavimento em seu conjunto, enfim, tôda a trama, trabalha, como lage sôbre apoios isolados. A altura total do conjunto é de 55 cm, conseguida com vãos de 12 m, equilibrados com balanços de 3,20.

Devido a condições arquitetônicas o teto do pavimento térreo dispõem de vigas perimétricas bastante robustas que formam duas linhas de apôio, as quais sustentam um conjunto de vigas paralelas com 1,25 de eixo a eixo.

3 — Juntas de dilatação

Colocamos 4 juntas no sentido das diagonais do edifício. Se em estudo posterior mais acurado, resultarem tensões excessivas dos pilares externos, limite das juntas, esperamos superá-las com pilares pêndulos.

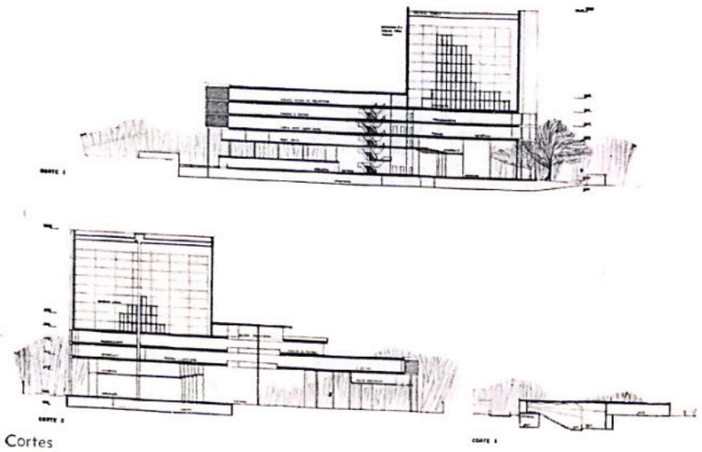
Dados Gerais. O prédio possui uma área construída de 17.420,00 m², distribuída da seguinte maneira:

Pavimento semi-enterrado .	4.346,00 m²
Pavimento térreo	2.700,00 m²
Terceiro pavimento	3.458,00 m²
Quarto pavimento	3.458,00 m²
Quinto pavimento	3.458,00 m²

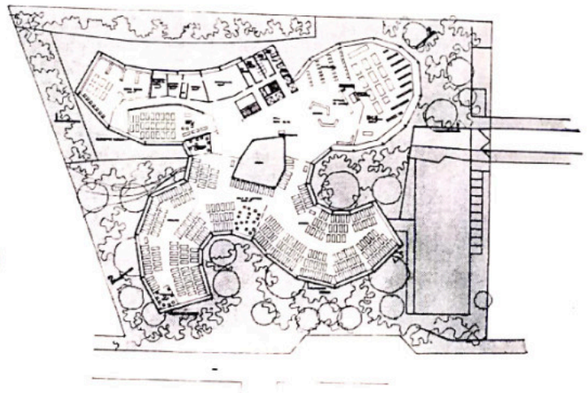
Foram respeitadas as normas impostas pelo Poder Público Municipal.

Segundo prêmio

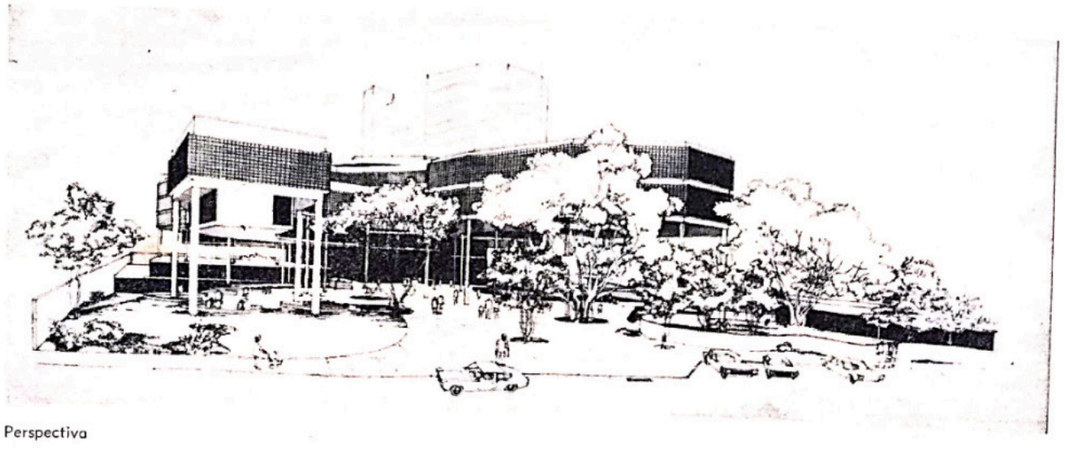
Joaquim Guedes, Pedro Taddei,
Sílvio Sawaya e Tokuji Ito arquitetos
São Paulo



Cortes



Planta



Perspectiva

Memorial descritivo

Procuramos
1. criar um edifício em escala baiana;
2. não um mastodonte, mas um conjunto de volumes complexos, delicados, coloridos, flexíveis, capazes de um diálogo tranqüilo com a "cobertura vegetal" do terreno, mencionado pelos documentos;

3. onde os volumes úteis se articulassem livremente em vários níveis, permitindo fruir ao máximo a paisagem próxima, interna ao terreno e à rua.

4. a luz da Bahia é especial, forte e clara. Nesta fase de estudo preliminar, limitamo-nos a indicar elementos vazados de cerâmica para temprá-la. No desenvolvimento futuro do projeto, êsse elemento que aqui comparece como uma idéia radical um pouco descuidada, deverá ser modificado de maneira a permitir uma comunicação melhor com o exterior.

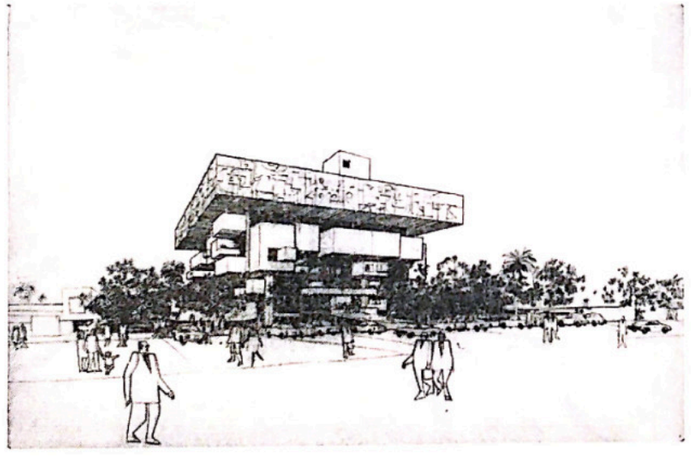
5. Nas condições sugeridas pelo terreno e várias vêzes referida pela comissão organizadora do concurso, a vegetação pode e deve desempenhar um papel essencial. Procuramos então **organizar tôdas as áreas de trabalho e de estudo entre as copas das árvores.** A qualidade da luz e o clima que daí decorrem são indiscutíveis.

Terceiro prêmio

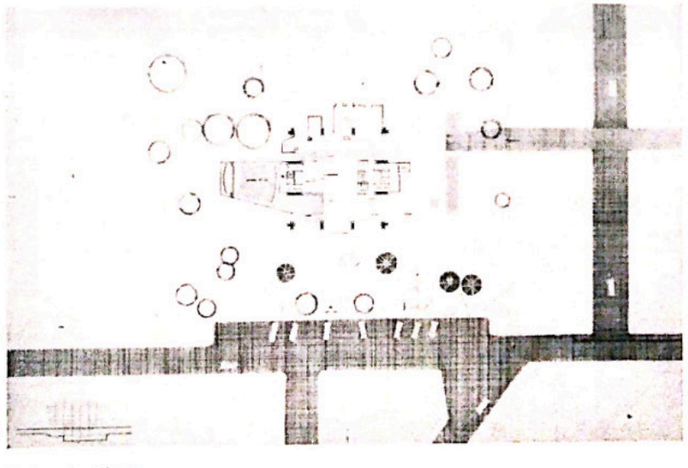
Roberto Luiz Gandolfi José Sanchotone e Abrão Anis Assad. arquitetos
Paraná

Colaboradores:

cálculo estrutural: Eng. Venevérito Cunha
ar condicionado: Hans Charles Banzen
hidráulica: San Hidro, Elétrica, Proinstel
biblioteca: Maria Dorothea Barbosa
Estudantes de Arquitetura: Orlando Buzarello, Dilva C. Slomp, Ricardo Pereira, Regina Vieira de Araújo, Jane Paiva Mello, Eda Slomp e Luiz Carlos Smager.



Perspectiva externa



Pavimento térreo

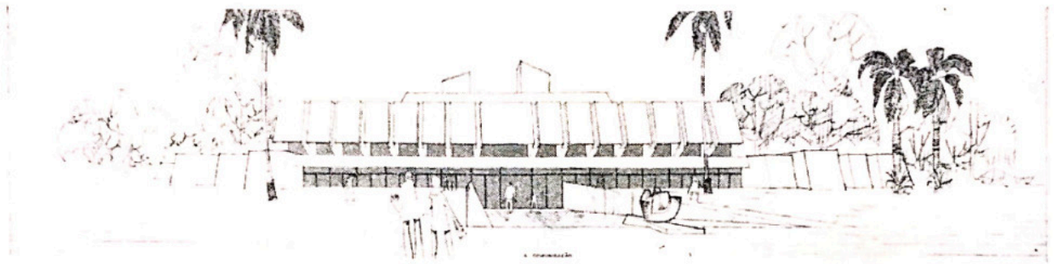
Memorial Descritivo

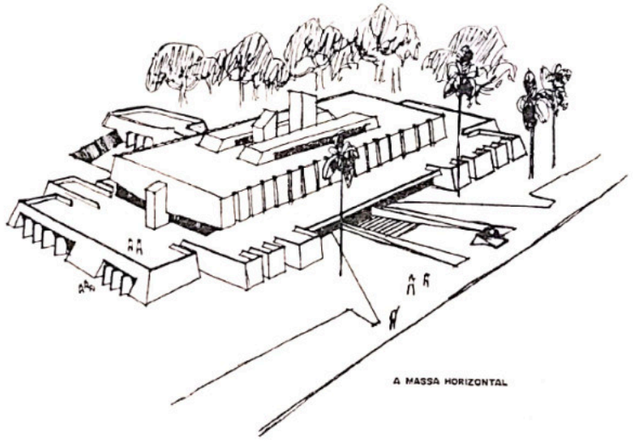
A preservação dos elementos paisagísticos do terreno, coberto de vegetação de porte, conduziu ao partido com pequena ocupação no térreo, aumentado à medida que se avança em altura. O embasamento foi tratado com altos planos de vida, que soltam o prédio do terreno e proporcionam a necessária integração do espaço interno com o externo. Os pavimentos se sucedem dentro de seqüência plástica coerente com seu uso e sua função. Balanços e recuos, vãos e saliências, caracterizam volumes, que formam os ambientes solicitados pelo programa. O depósito geral de livros, localizado na parte superior do edifício, atua como beiral e projeta sombra no restante dos elementos, criando condicionamento natural de amenização dos ambientes, com a eliminação do calor causticante. O painel de vedação do depósito geral, tratado escultòricamente, marca o conjunto, evidenciando-o como repositório do acervo da cultura baiana. A posição elevada do depósito geral, conseqüência do cuidado de preservação da natureza local, permite condições de ambientação mais naturais, melhor preservação do material bibliográfico pela eliminação do fator umidade, e ligações mais diretas com os setores administrativos e de processamento técnico. O espaço interno é valorizado por um vazio central, que dá a necessária relação entre os diversos pisos e entre-pisos, ao mesmo tempo que proporciona uma referência imediata para o usuário, distribui mais uniformemente a iluminação dada pela clarabóia, que a êle se sobrepõe e molda o espaço onde se desenvolve a circulação vertical. Acima do depósito central, fica o piso reservado aos serviços administrativos, tanto os da biblioteca central, como os da divisão de bibliotecas. O jôgo de volumes possibilita iluminação zenital para as salas de leitura, que são protegidas pelos beirais superiores.

Quarto prêmio

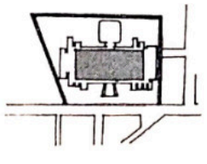
Arquitetos:
Miguel Pereira, Ivan Mizoguchi
Rio Grande do Sul

20 Consultores:
engenheiros Ervino Fritsch, Eugênio Knorr, Fernando Campos de Souza e Carlos Medeiros
bibliotecária Sully Brodbeck





A MASSA HORIZONTAL



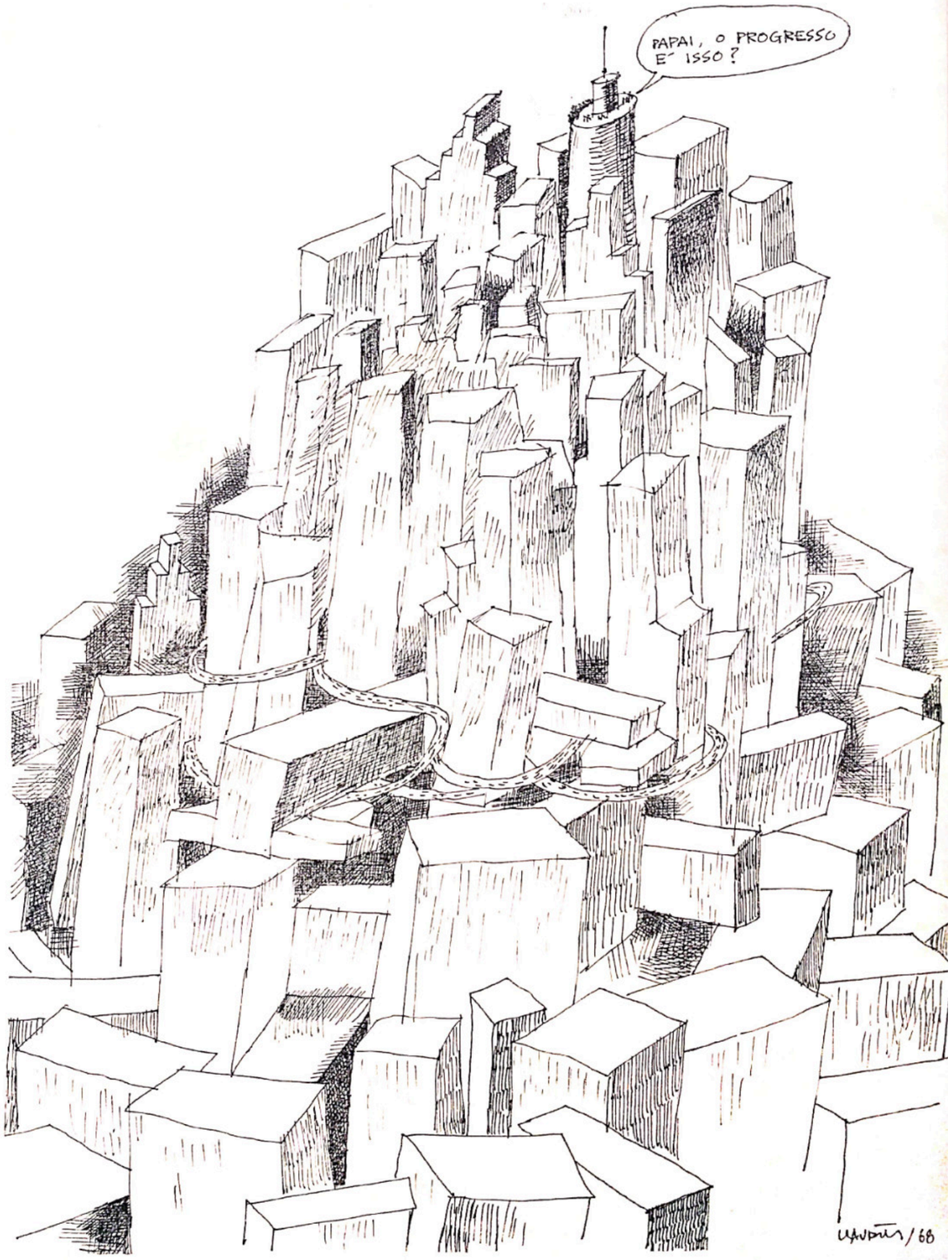
O TERRENO ENCRAVADO



A RELAÇÃO COM A PAISAGEM URBANA

Memorial descritivo

Na colocação do problema da adequação desta obra urbana da Bahia, procurou-se vincular uma certa preocupação cultural com a herança arquitetônica da colônia, tão característica da estrutura da cidade velha, reconhecido patrimônio histórico.
Pareceu-nos válido estabelecer êsse cuidado com o passado barrôco, mesmo que a rua seja tipicamente residencial, com "casas em arquitetura característica da década 40/50, comum na maioria das cidades brasileiras naquele período". É que transcende ao estado atual da paisagem a responsabilidade de pensar no destino da arquitetura que se deve fazer em Salvador, mesmo considerando o gabarito de 90 metros da zona.
Daí a proposição de uma massa horizontal, capaz de marcar-se de forma singular, na verticalidade da futura paisagem. Assim nasceu o jeito horizontal de tratar a ocupação do terreno, numa pretendida e generosa vinculação entre espaços internos e externos, principalmente no nível do grande salão de leitura e seus terraços para leitura ao ar livre. Esta vinculação estabelecendo-se, principalmente através da comunicação visual e da conseqüente idéia de repouso, levou-nos a pensar no enriquecimento dos valôres do parque, ampliando-o, a fim de que a transição paisagística se estabeleça entre o bloco e as ruas, fugindo da clausura imposta pelos muros atuais. A idéia de repouso e tranqüilidade, assim, existirá não só para quem está na biblioteca mas, igualmente, para quem a ela se dirige, ou por ela passa, nascendo disso um valor maior na paisagem urbana, mais consetâneo com a dignidade da obra.



Novos conceitos em transporte urbano

engenheiro Gilberto Aranzes Lanhoso

Deve-se esperar inovação na tecnologia dos transportes. Enquanto os países em desenvolvimento estão se preparando para investir bilhões de dólares em métodos convencionais de transporte, redobrados esforços deveriam ser feitos para acelerar as atuais pesquisas visando obter-se melhores alternativas.

O fato de que muito pouco se tem feito para a aplicação do que é tecnològicamente possível pode ser atribuído a três fatores principais: a ausência de órgãos institucionais equipados para fazer as necessárias escolhas, a relutância em tentar o que é nôvo e não experimentado e a negligência em pesquisar.

Muitos dos atuais planos de transporte parecem negar a revolução dos transportes e favorecer, ao invés, a reconstrução do passado. Pesquisas e programas de desenvolvimento necessitam acelerar inovações que podem ser de grande valia para os países em desenvolvimento. Muitas técnicas emergentes, dentro e fora do campo dos transportes prometem novas maneiras de enfrentar os problemas dêsse campo. O seu desenvolvimento deveria ser promovido e os talentos orientados a fim de que se obtenham mais rápidos resultados. "Strategy for Mobility". Wilfrid Owen.

O transporte urbano e o congestionamento do trânsito são problemas mais antigos do que se costuma pensar.

Em fins do século passado, Londres possuía uma população superior a 4 milhões de habitantes apresentando portanto um sério problema de transporte. O elevado número de bondes e ônibus de tração animal, carroças e carruagens causava congestionamento do trânsito.

No início dêste século, o congestionamento já era um dos principais problemas das grandes cidades dos Estados Unidos.

Desenvolveram-se então as linhas ferroviárias de subúrbio e teve início a construção dos sistemas metropolitanos de transporte-rápido, denominados em geral por metrô ou subway.

A construção do metrô resolveu durante determinado período os problemas de transporte e congestionamento nas grandes cidades.

Todavia, o problema voltou a surgir com o desenvolvimento da indústria automobilística e portanto com o aumento de automóveis nas vias públicas; desta vez o problema caracterizou-se mais pelo aspecto de congestionamento do trânsito do que pela deficiência de transporte.

A orientação seguida para a solução do problema, principalmente nos Estados Unidos, a partir do final da 2.ª grande guerra, foi a construção de avenidas e garagens de estacionamento no centro da cidade a fim de facilitar a circulação do automóvel. O transporte coletivo passou então a ser negligenciado.

Estava-se no apogeu da sociedade democrática individualista, da decanta "american way of life" onde o automóvel desempenha um papel primordial. Queremos esclarecer que não estamos fazendo uma crítica, mas apenas uma constatação.

Que resultados foram obtidos nos Estados Unidos com essa orientação ?

1) — O aumento da mobilidade proporcionada pelo automóvel resultou numa extrema e desordenada expansão da área urbana o que, ao lado de muitos benefícios veio encarecer os serviços públicos. Assim, as necessidades de transporte foram ampliadas devido ao aumento das distâncias e à difusão dos pontos de origem e destino. Essa difusão resultou em que o automóvel tenha-se tornado o único meio possível de deslocamento em muitas localidades.

2) — A construção das expressways e as áreas de estacionamento têm causado a destruição do centro urbano em muitas cidades. Em Los Angeles, por exemplo, dois têrços da área central é ocupada por avenidas, garagens e pátios de estacionamento.

3) — A diminuição da utilização dos transportes coletivos os tornaram deficitários impossibilitando-os de proporcionar um transporte eficiente. O número de passageiros transportados pelos sistemas coletivos caiu de 23 bilhões em 1945 para 8 bilhões em 1963, ou seja, aproximadamente a têrça parte, apesar do crescimento da população. A piora dos serviços aumenta a tendência ao uso do automóvel.

4) — Apesar dos elevadíssimos investimentos feitos com a construção das expressways, o número de automóveis cresce de maneira ainda mais rápida, tornando-se cada vez mais difíceis e demorados os deslocamentos urbanos, com elevados prejuízos econômicos e danos à saúde física e mental. A Hollywood Freeway, em Los Angeles, por exemplo, inaugurada em 1954 e que foi projetada para acomodar um tráfego estimado em 10.000 veículos por dia num futuro longínquo, apenas um ano após sua inauguração atingiu o volume de 168.000 veículos.

Julgamos haver chegado a hora de uma reorientação em tôda a questão do transporte urbano.

Continuarmos a aceitar impassíveis os problemas que se agravam dia a dia é negar nossa capacidade de inteligência e imaginação. Em nenhum setor da técnica o homem se tem mostrado tão incapaz. Na sociedade moderna, onde impera a racionalização, não há nada mais irracional do que o transporte urbano.

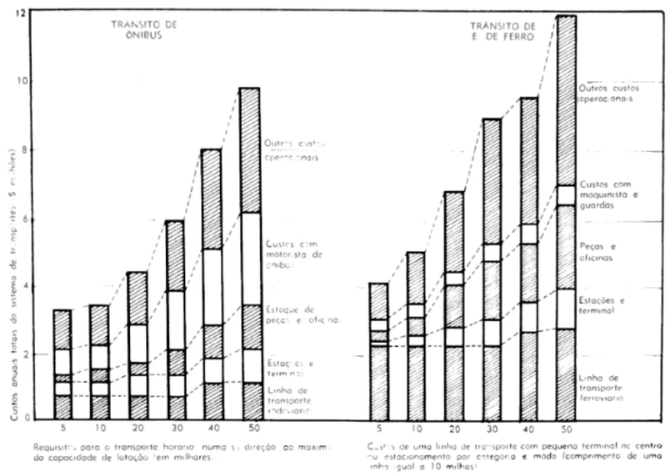
A finalidade do transporte é proporcionar mobilidade aos homens e fazer circular as mercadorias. Todavia o que se tem procurado é a circulação dos veículos, como se êsse fôsse o objetivo final.

Já que é impossível adaptar as cidades ao automóvel, exceto em casos de cidades e bairros novos, temos que adotar uma tecnologia dos transportes adaptados às estruturas de urbanização existentes.

Assim sendo os transportes coletivos devem merecer absoluta prioridade.

A circulação do automóvel no centro da cidade deve ser restrito através de um bem elaborado sistema de taxação o qual deve basear-se não na potência do motor mas na área ocupada pelo veículo. Pequenos carros movidos a eletricidade já estão em experiência, são silenciosos e não desprendem gazes de escape; êsse seria o padrão ideal do automóvel para o transporte urbano individual.

O transporte de carga deve merecer atenção especial. Terminais rodoviários de carga devem ser construído na periferia da cidade. A reunião das emprêsas transportadoras em alguns poucos terminais permitirá uma racionalização dos movimentos da carga a ser distribuída e recolhida na cidade. Em estudo feito em New York concluiu-se que o número de caminhões que circulam pelas ruas poderia ser reduzido à décima parte caso houvesse união dos terminais. Em Chicago, o abastecimento de



uma determinada loja do centro envolve 378 caminhões por dia, tendo sido estimado que poderia ser feito por apenas 13 caminhões desde que as cargas fôssem agrupadas. Vias especiais deveriam ser previstas para os caminhões pesados que se dirigem às zonas industriais da cidade. Isso é de especial importância no caso do Brasil, pois ao contrário dos Estados Unidos e Europa, onde o transporte pesado é feito por ferrovias, penetrando portanto na cidade e nas indústrias em vias isoladas, aqui êsse transporte é feito por caminhões, circulando pelas ruas da cidade. O transporte interurbano de passageiros merece também especial atenção, devendo-se construir terminais rodoviários.

Nos Estados Unidos, país que lidera a tecnologia mundial, a volta ao transporte coletivo é uma solução difícil devido à elevadíssima proporção de pessoas que possuem automóvel, às grandes obras já realizadas para a sua circulação e estacionamento no centro, à estrutura de urbanização que as cidades já adquiriram, bem como ao próprio condicionamento psico-social.

Todavia, nós dos países em desenvolvimento, que estamos dando início agora às grandes obras urbanas, devemos observar o que ocorre nos países mais evoluídos e daí tirar lições.

E a realidade demonstra que devemos seguir outro caminho.

É portanto fundamental, que as nossas maiores cidades elaborem desde já seus planos diretores de transporte e planejem seus sistemas de trânsito rápido (precedido sempre pelo plano diretor de urbanismo). Analisemos então alguns aspectos dêsses sistemas.

Cidades como Paris, Londres e New York, que se desenvolveram antes da era do automóvel e do ônibus, cidades que chamaríamos de compactas, com elevada densidade de população, puderam construir uma extensa rêde abrangendo a maior parte da cidade. Assim é que Paris construiu 189 Km dos quais 160 subterrâneos, Londres 348 sendo 142 subterrâneos e New York 381 dos quais 215 subterrâneos.

Os metrôs dessas cidades e de outras construídas na mesma época, atendem sua finalidade primordial que é o de transportar a massa da população. Todavia, o segundo aspecto do problema, que é o do trânsito, existe e se agrava nessas cidades apesar da existência do metrô. Isso porque, devido à sua falta de confôrto, boa parte dos habitantes prefere se utilizar do automóvel. E temos que convir que viajar em vagões com mais de 200 passageiros, onde a maioria viaja em pé, com índice de ocupação de mais de 5 passageiros por metro quadrado, em ambiente pouco arejado e de heterogenidade social e onde a velocidade média não vai além de 30 km/h não é muito convidativo, especialmente quando se dispõe de um confortável automóvel.

Nos últimos 15 anos novos metrôs foram construídos em diversas cidades tais como: Estocolmo, Lisboa, Milão, Roma, Toronto, Cleveland, Montreal, Tóquio. Em fase de construção encontram-se os de São Francisco, Frankfurt, México, Washington, etc.

Todavia, o critério que presidiu à construção da maioria dêsses metrôs é diferente do que determinou aqueles construídos no início do século. As cidades sofreram grande modificação em seu desenvolvimento após o aparecimento dos automóveis e dos ônibus. As cidades não são mais compactas, exceto no centro, mas sim dispersas e extensas, com densidade populacional bem mais baixa que antigamente.

Ora, sendo necessária elevada densidade populacional para que uma linha de metrô possa operar econômicamente, verifica-se não mais ser possível, como ocorreu no início do século, construir-se uma rêde completa de metrô abrangendo tôda a cidade. Assim, os metrôs recentemente construídos ou que estão sendo projetados possuem poucas linhas. Ao contrário de Paris que possui 189 km ou Londres com 348, Estocolmo possui 52 km e Toronto 10.

O metrô de Estocolmo é resultado de um plano diretor metropolitano onde se procurou uma descentralização através de construção de várias cidades satélites.

O metrô de Toronto, ao contrário, teve por finalidade preservar o centro da cidade, evitando a fuga para os subúrbios e a excessiva descentralização.

Os metrôs de Cleveland e de Tóquio ligam o centro da cidade ao aeroporto.

O metrô de São Francisco é resultado de um planejamento regional e ligará várias cidades da área metropolitana à cidade de São Francisco. O aspecto confôrto foi um dos principais requisitos dêste metrô, onde todos os passageiros viajarão sentados e a velocidade média, inclusive paradas, será de 80 km por hora.

Novos sistemas de transportes rápidos têm surgido nos últimos tempos. É o caso do sistema sôbre trilho, tipos Alway e Lockheed, em experiência em Colônia, Alemanha, e em Seattle, Estados Unidos. No Japão foi construída a primeira linha do tipo Alway, com 14 km ligando o centro de Tóquio ao aeroporto. O sistema suspenso tipo SAFEGE, em experiência perto de Paris. No Japão, está sendo construída uma linha de 8 km, ligando Ofhuna e Katase, ao sul de Tóquio.

Tanto o metrô clássico, como os novos sistemas, aplicam-se especialmente para a ligação do centro da cidade a cidades satélites, subúrbios populosos, aeroportos, etc. São portanto sistemas de transporte verdadeiramente metropolitanos, isto é, de interligação da metrópole com sua área metropolitana.

Devido ao elevado custo e à necessidade de elevada densidade não podem êsses sistemas servir como sistema geral de transporte em tôda a cidade. Dessa maneira, grande parte daqueles que possuem automóvel continuarão a utilizar-se dêsse meio de transporte. O número de automóveis nas ruas centrais tenderá a aumentar apesar da construção dos metrôs, não solucionando portanto o problema do congestionamento do trânsito e resolvendo apenas em parte o problema do transporte.

Apresentamos então a idéia de um sistema de trânsito rápido, que designaremos pelo nome de Metrobus e que, pela sua simplicidade e baixo custo de implantação, pode ser aplicado em um grande número de cidades. Êsse sistema consiste de um conjunto de vias para uso exclusivo de ônibus expresso e de estações especiais no centro para coleta e desembarque dos passageiros. Nos bairros os ônibus trafegariam nas vias normais para fazer a coleta dos passageiros após o que entrariam nas vias expressas.

As características das vias expressas bem como das estações, variam com condições físicas da cidade e com o volume de tráfego.

As vias expressas seriam de um modo geral localizadas no centro de avenidas já existentes, ou a serem construídas, no mesmo nível, em estruturas elevadas ou subterrâneas. No caso de pistas elevadas estas teriam aproximadamente 12 metros de largura, consistindo de três faixas, de 3,5 m e duas calçadas de serviço de 0,75 m; a terceira faixa, além de permitir a parada em caso de emergência, pode funcionar com mão de direção alternada nos diferentes períodos de ponta.

No centro da cidade poderá haver uma série de estações terminais ou de passagem ou então uma via circular. Em ambos os casos, as plataformas de embarque e desembarque devem ser em número suficiente e dispostas de maneira tal que permitam aos ônibus diminuírem a velocidade e pararem sem interferir com o fluxo da faixa expressa.

O centro da cidade poderia também ser interligado por meio de uma série de esteiras rolantes subterrâneas.

Os ônibus deveriam possuir portas mais largas para facilitar o acesso dos passageiros. A coleta da passagem poderia ser feita na estação e não no ônibus.

Êsse sistema apresenta inúmeras vantagens tais como:

Custo — São bem mais baixos do que o dos outros sistemas; o metrô clássico necessita ser subterrâneo em boa parte, sendo estimado em 30 milhões de cruzeiros novos o quilômetro de linha; uma via elevada pode ser construída por 5 milhões o quilômetro, ou seja seis vêzes menos.
Rapidez — Pode ser implantado em poucos anos.

Transporte direto — Evita a baldeação de um sistema para outro, aproximando-se o mais possível do transporte porta-a-porta proporcionado pelo automóvel.

Atualidade — A vida econômica de um ônibus sendo de 15 anos no máximo permite manter o sistema atualizado com o avanço tecnológico que se acelera dia a dia.

Versatilidade — As vias expressas podem ser utilizadas em determinadas horas por caminhões, nos fins de semana pelos automóveis e em casos de emergência por bombeiros e ambulâncias.

Flexibilidade — As rotas podem ser alteradas de acôrdo com a evolução da cidade; as vias podem ser construídas juntamente com as avenidas para uso de automóveis e caminhões de carga.

Construção por etapas — A capacidade do sistema pode ser ampliada à medida das necessidades.

Gestão particular — Pode ser operado por emprêsas particulares, geralmente mais eficientes e econômicas; por outro lado o poder público não necessita fazer investimento quanto ao material rodante.

Homogeneidade social — Os ônibus, servindo cada bairro separadamente, permitem uma maior homogeneidade dos usuários, fator êste que não deve ser despresado principalmente em países onde é grande o desnível social.

Além de tôdas as vantagens acima citadas, êsse sistema é o que tem melhores condições de induzir o proprietário do automóvel a utilizar-se do transporte coletivo, função essa importantíssima em qualquer sistema de transporte rápido que tenha em vista não apenas proporcionar transporte mas contribuir efetivamente para o descongestionamento do trânsito.

Quanto à capacidade de transporte de um tal sistema, que poderia eventualmente ser objeto de dúvidas, informamos que uma única pista exclusiva para ônibus tem capacidade para 1.200 ônibus por hora passando um determinado ponto, ou seja, 84.000 passageiros considerando-se 70 passageiros por ônibus. Ao contrário, para transportarmos 42.000 passageiros por hora são necessários 600 ônibus por hora, ou seja 10 ônibus por minuto. Informamos que o Terminal do Ônibus de New York tem recebido repetidas vêzes, através de uma única rampa de acesso, a quantidade de 600 ônibus por hora. Por outro lado, raras são as cidades no mundo que possuem alguns corredores com fluxo de passageiros superior a 40.000 por hora.

Finalmente, para terminar, devo dizer que que sob o aspecto tecnológico, êsse sistema, por sua simplicidade é mais adequado ao estágio de desenvolvimento de nosso país, podendo ser implantado com técnica, equipamento e recursos nacionais, em sua totalidade.

Nota: A idéia de um sistema de trânsito rápido, conforme o acima exposto, que há anos vimos defendendo, está sendo atualmente pesquisada e desenvolvida pela General Motors. O govêrno dos Estados Unidos também deu início ao financiamento de pesquisas nesse setor.

Sumário do Custo Comparativo (*)

	Metrô	E. de Ferro
Investimento	$22,325,000.00	$42,569,000.00
Custo anual de manutenção por linha afixada e estrutura	$3,000/milha	$20,000/milha
Operação	54,6¢/milha de ônibus	53,2¢/milha de carro

(*) Dados levantados pela "Southeastern Wisconsin Regional Planning Commission". Os dados detalhados dêste sumário podem ser conseguidos na Comissão.

Experiência brasileira de planejamento físico.

Mensagem do CEMUAM

arquiteto João Ricardo Serran, IAB–GB

O convite do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara para participarmos do "3.º Ciclo de Conferências sôbre Planejamento — Experiências Brasileiras" foi encarado como aproveitamento de uma oportunidade, pela coordenação da Comissão de Cursos, para apresentar aos participantes a recente experiência realizada no campo de treinamento para o planejamento integrado, pelo SERFHAU.
Assim, as duas sessões que se seguem (hoje e amanhã) devem ser analisadas a partir desta perspectiva e nunca como o resultado de uma significativa aplicação prática de um sedimentado sistema de planejamento adotado por uma equipe de profissionais.
Cabe, ainda, alertar que os três arquitetos que aqui se revezarão durante êsses dois dias, só trabalharam juntos, em projetos concretos de planejamento, uma vez. Dêles, apenas um participou do treinamento acima referido. Dos projetos que servirão de exemplos à exposição, apenas um contou com a participação dos três.
Desta forma, procuraremos, além de expor as principais diretrizes de trabalho propostas pelo treinamento recebido, analisar criticamente essa peculiar e incipiente experência com o objetivo de apresentar subsídios à futura formulação de uma metodologia de planejamento, cocrente com as necessidades atuais de nosso país.

Em 1965, o Banco Nacional da Habitação, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e a USAID tentaram preparar, em seis meses de treinamento intensivo (4 teóricos, no Rio de Janeiro e 2 práticos, no Nordeste) 23 arquitetos oriundos de diferentes regiões do país, em urbanismo e administração municipal. A tarefa foi contratada com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal que entregou a coordenação a urbanista Adina Mera. Surgia, assim o 1.º Curso Especial de Metodologia do Urbanismo e Administração Municipal — CEMUAM. No ano seguinte a experiência foi repetida, desta feita sem a ajuda da USAID e com 2 técnicos em administração e 22 arquitetos.
Os 45 arquitetos e 2 técnicos em administração treinados retornaram aos seus lugares de origem (era exigido um compromisso de trabalho por 2 anos com a entidade pública que liberava o técnico a ser treinado) e, pelo que se conhece, defrontam-se hoje com problemas semelhantes aos arquitetos de gerações anteriores que participaram de cursos de urbanismo na Europa e que, posteriormente, não encontraram campo para aplicação dos novos conhecimentos.

O Ponto de Vista do CEMUAM

No primeiro documento distribuído, a coordenação teve a preocupação de fixar, em rápidas linhas, o que pretendia transmitir e por quê. Assim a partir da afirmação de que "não existe teoria geral de planejamento aplicável aos problemas do Brasil e menos ainda às diferentes regiões" e reconhecendo que "porém, em alguns grupos observa-se o esbôço de teoria metodológica **operacional**" se propunha:

1. Ensinar um método de estudo e de trabalho.
2. Dar aos bolsistas uma noção dos métodos e conceitos atuais de planejamento, evitando a acumulação de conhecimentos teóricos muito especializados, do tipo "manual" que certamente seriam logo ultrapassados.
3. Tirar a idéia de imposição de planos desenhados e a ênfase dada a melhoramentos simplesmente físicos, assim como a confusão entre a ação de planejar e a ação de projetar.
4. Obrigar aos bolsistas ao trabalho pessoal de observação, pesquisa e desenho e ao trabalho em equipe, procurando desenvolver a capacidade de direção e liderança, necessária ao seu trabalho futuro.
5. Discutir os resultados do curso.
6. Dar enorme importância à divulgação, propaganda e formação de uma mentalidade.

Pode-se afirmar que todos êstes objetivos foram alcançados ainda que a afirmação não seja válida para todos os bolsistas. Transmitiu-se um método de estudo e de trabalho; hoje, é difícil dissorciar-se a essência da sistemática de trabalho, do comportamento de cada bolsista nas menores coisas que realiza. Isto porque conseguiu-se mostrar, claramente, a distinção entre o ato de planejar e o de projetar. E, finalmente, iniciou um forte processo de divulgação (pelos próprios bolsistas através do treinamento de direção, liderança, etc.) de uma mentalidade de planejamento.

O Método de Trabalho Preconizado

A afirmação anterior de que "não existe teoria geral de planejamento aplicável aos problemas do Brasil" certamente poderá encontrar suas origens em uma conferência de Otto Koenigsberger proferida em 1964 no "Architectural Association" de Londres e que, segundo Harry Cole que a traduziu para a Revista ARQUITETURA (n.º 39, pág. 12 e seguintes) "cristaliza de forma internacional uma tese a qual vínhamos chegando através de nossas experiências e vivências no Brasil".
Que preconizava O. K.? — achava êle que as cidades do mundo em desenvolvimento (Ásia, África e América Latina) estavam crescendo e se transformando mais ràpidamente do que as cidades européias mesmo se as comparássemos nos períodos críticos da revolução industrial ocorrida nos séculos XVIII e XIX; que os Planos Diretores tradicionais tinham pouco efeito sôbre êsse crescimento e esta transformação nos países em desenvolvimento, por êle visitados; e, que por isso mesmo os planejadores estavam se tornando muito impopulares.
Observava que o conceito tradicional de Plano Diretor baseava-se em 3 suposições existentes no norte da Europa e nos Estados Unidos; suposições tão óbvias que geralmente não se preocupavam com sua validade no tempo e no espaço. Por isso mesmo, por permanecerem disfarçadas, eram as mais importantes e decisivas. Assim:

1. que a urbanização e as transformações sociais regionais continuariam lentas e constantes.
2. que a sociedade continuaria considerando a iniciativa econômica como uma prerrogativa individual e os problemas infraestruturais econômicos e a melhoria das deficiências do bem-estar social, da competência da iniciativa pública.
3. finalmente, que a visão conservadora (concepção unânime) de que a preservação das conquistas e das instituições do passado, eram os objetos principais de todo o planejamento.

Concluía Otto Koenigsberger que os métodos empregados eram impraticáveis, pre-

conizando novos métodos que melhor atendessem às necessidades dos países em desenvolvimento pôsto que êstes geralmente não necessitavam de um plano para **controlar** a inicictiva privada, mas de um método para **guiar** e **orientar** a ação da iniciativa pública, enquanto poder dominante na realização das obras.

Daí a necessidade de uma série de "programas de ação" governamental e o título "planejamento de ação", "urbanismo operacional", etc.

Concretamente, preconizava O. K. que o sistema tradicional de levantamento de informações deveria ser substituído por pesquisas de mercado contínuas, orientadas no sentido de verificar as necessidades e modificações dos anseios da população ao mesmo tempo em que se procuraria avaliar o efeito dos planos de ação anteriormente implementados e como êles atuaram sôbre as necessidades dessas populações em **processo permanente** de transformação. De posse destas informações alterar as diretrizes dos planos de ação ou propor novas a serem implementadas. O âmbito e o ritmo dos programas seriam fixados por êsse sistema de pesquisa e pela intenção implícita de prover, a todo o momento, amplas oportunidades para o potencial de investimentos privados como parte integrante dos programas de ação pública.

Aplicação Prática do Método

Visto os fundamentos teóricos do método podemos nos debruçar na sistemática proposta pelo CEMUAM e cuja síntese é encontrada no trabalho do arquiteto Francisco Whitaker Ferreira, "Condições de vida e planejamento físico" publicado pela Fundação Getúlio Vargas (Cadernos de Administração Pública n.º 66), pela revista ARQUITETURA (nºs. 27 e 30) sob o título de "Um roteiro de pesquisa para o planejamento urbano".

Juiz de Fora — Minas Gerais



Parte-se da constatação da existência de um processo de desenvolvimento do Homem, através da História. Processo que compreende medidas de natureza econômica, social, políticas, administrativas e físicas e que se combinam e se complementam no sentido de **elevar permanentemente os níveis de vida das populações.** Processo que ao longo do tempo vai se tornando mais complexo e cuja orientação consciente feita pelo Homem condiciona a substituição de intervenções expontâneas por métodos de ação sistemáticas.

No campo físico êste processo de desenvolvimento contínuo se traduz na transformação da paisagem natural em uma paisagem cultural adequada às necessidades e atividades humanas. Daí nos parecer que um dos aspectos fundamentais do comportamento do técnico que intervirá no processo de planejamento físico deverá ser a capacidade de apreensão global da paisagem, da organização física, em têrmos de identificação concreta de um contexto cultural, entendido cultura aqui como o mundo das coisas feitas e criadas pelo homem, o repertório e suas realizações objetivas.

Portanto, temos um processo de desenvolvimento global e uma transformação da paisagem no plano físico e por várias ou qualquer razão específica decidimos intervir no processo para modificá-lo no sentido de adequá-lo às necessidades da comunidade onde atuaremos. Parece óbvio que a **decisão de intervir** é fruto de uma pré-noção da realidade, do conjunto de situações concretas existentes. Em última análise, na existência, naquele que decide intervir, de uma ideologia (conjunto de convicções e convenções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociais, econômicas, políticas, etc. que estão em relação com a situação social dos seus representantes dentro da sociedade).

Conseqüentemente, "sabemos" que muita coisa está errada e sabemos como deveriam ser. Mais ainda, decidimos intervir no processo para que consideramos fundamentais. Resta-nos, portanto, sistematizar a intervenção, ou em outras palavras: planejar!

O primeiro passo certamente seria elaborar uma lista de condições que acreditamos serem necessárias para a elevação do nível de vida. Condições habitacionais, de equipamentos domésticos, de equipamento urbano (água, luz, esgôto, etc.), de abastecimento de gêneros alimentícios, vestuário e outros bens de consumo; de serviços de manutenção e reparação, administrativos, financeiros, de sistemas de formação básica, cultural, política, profissional, de atendimento às necessidades de saúde, de sistema de transporte, recreação, de trabalho e remuneração, de sistemas de comunicação interpessoal à distância e social, cultural e política assim como de ambiente geral.

Sòmente a partir dêste **Quadro de Condições** (nossas condições) poderemos analisar a realidade e identificar concretamente aquilo que "achamos" errado e apontar o objetivo que deve ser alcançado. É importante observar, ainda, que êste quadro necessàriamente variará de grupo para grupo, no tempo e no espaço e daí, o CEMUAM fugir do tradicional **manual** ou **roteiro,** substituindo-o por uma sistemática flexível de trabalho.

Estabelecido o que pensamos, o que se deseja e em que nível se deseja, partimos para a análise da realidade onde se trabalhará. O próximo passo será, portanto **conhecer** a comunidade, mas conhecer de forma global, no ritmo de trabalho coerente com as necessidades operacionais da comunidade, isto é, o mais ràpidamente e pelo menor custo possível. Se a intenção primeira era **intervir** o conhecimento deverá ser visando instrumentar esta intervenção e nunca o conhecimento puro, especulativo válido para instrumentar nossa decisão de intervir mas inadequado para instrumentar nossa intervenção.

Assim o reconhecimento preliminar, ao qual Francisco W. Ferreira denomina **contato global,** ainda que analise todos as condições previstas no **quadro** objetiva essencialmente:

1. identificar o que exige intervenção
2. identificar o que poderia ser modificado.
3. identificar o que deverá ser modificado.

Paralelamente, indicará quais os aspectos já conhecidos no nível de informação suficiente para propor concretamente uma intervenção, quais os que necessitam de uma pesquisa específica e quais os que, ainda que problemas, transcendem ao âmbito da ação da equipe.

De posse das informações do que é problema de uma forma genérica passa-se então a estudar a melhor forma de solucioná-lo. A priori já sabemos que o nível em que cada condição apresenta é conseqüência não só de outras condições como também de alguns elementos bem caracterizados cuja modificação provocará uma transformação no nível que determinada condição apresenta.

Por exemplo: uma oferta suficiente de habitações é uma das condições a serem proporcionadas diretamente a população. Mas a obtenção dêsse nível de oferta depende de uma evolução das funções econômicas que exige, para se realizar, um certo número de condições específicas quanto a utilização de recursos disponíveis pela comunidade (materiais econômicos, sociais, político administrativos, espaço). Decorre daí a necessidade de uma hierarquização das condições de tal forma que permita um modêlo de prioridades.



Gamboa — GB

Paralelamente, ainda no mesmo exemplo que uma suficiência quantitativa de habitações depende das características das casas que se pretende oferecer assim como da localização, relação com a estrutura viária, etc, elementos básicos que permitirão concretamente, uma vez manipulados, alcançar a suficiência pretendida. A êstes elementos, Francisco Whitaker Ferreira denomina **variáveis** do planejamento e identifica sete, no campo físico:

1. a separação ou aglutinação de uso
2. a estrutura de polarização
3. a localização
4. a dimensão
5. a densidade
6. a estrutura viária
7. a composição construtiva

Ainda aqui há que se hierarquizar as variáveis já que a manipulação de umas são mais eficazes do que outras, em cada condição que se procura modificar. Enquanto o **baixo nível de ruído** (uma das características necessárias a oferecer com a habitação) dependeria fundamentalmente de uma separação de usos (fábricas, oficinas, vias de grande movimento, etc.) e secundàriamente da localização, densidade, estrutura viária e composição construtiva, o **acesso material fácil e seguro** (outras das características) dependeria fundamentalmente da localização e estrutura viária, secundàricmente da separação de usos e da densidade.

Identificando-se, então, que aspectos são necessários conhecer e em que nível de informação, através do estudo da relação entre as variáveis e as condições, parte-se para a pesquisa preparatória da ação, com o menor gasto de tempo e dinheiro possível, cujo objetivo será:

1. identificar o nível de cada problema
2. que variáveis devem ser manipuladas para resolvê-los
3. quanto será necessário modificar

A análise subseqüente dêste três aspectos, inicialmente agrupando-se os problemas por variáveis e posteriormente inter-relacionando-as nos revelará as grandes diretrizes quanto a cada uma das sete variáveis:

Separação ou aglutinação de usos estrutura de polarizações localização dimensão densidade composição construtiva estrutura viária	zoneamento sistema viário áreas livres equipamentos

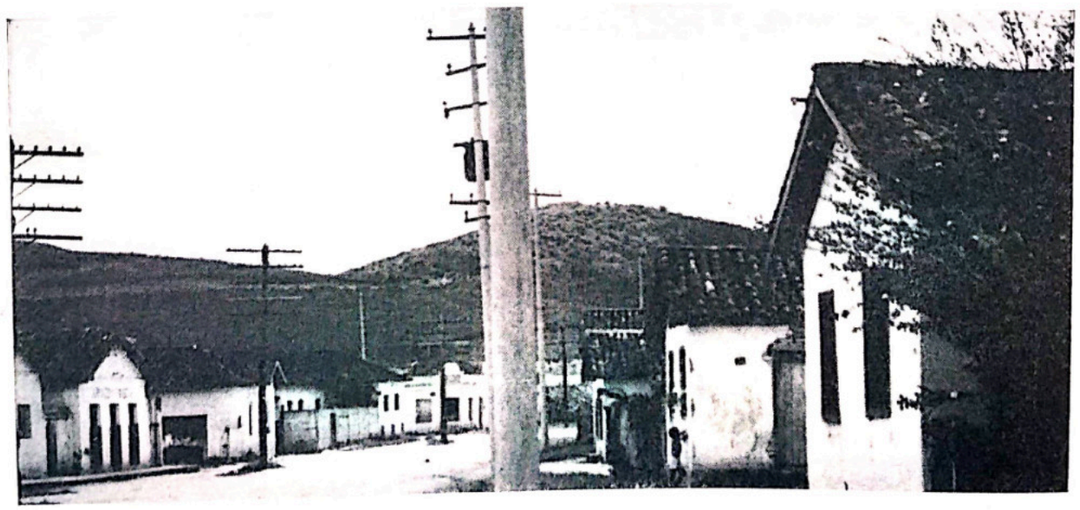
sistema de previsão e revisão comportamento da direção sistema "organizacional" sistema de hierarquia sistema de comunicações	planejamento institucional
produção renda global distribuição da renda custo preço	planejamento econômico

Na medida da necessidade proceder-se-ão a novas pesquisas para informar a escolha entre alternativas a partir do estudo de viabilidade do ponto de vista econômico, financeiro, político, administrativo, técnico, de recursos humanos disponíveis, de aceitabilidade, de importância estratégica, etc.

Chegamos então às diretrizes gerais para o desenvolvimento físico da área em que nos propomos a planejar. Na medida em que forem levados em conta os demais aspectos do planejamento (econômico, social, institucional) teremos o que se denominou planejamento integrado. Com a mesma sistemática, manipulando-se variáveis como: sistema de previsão e revisão, comportamento da direção, sistema "organizacional", sistema de hierarquia, sistema de comunicações, produção, renda global, distribuição da renda, custo, preço

Finalmente cabe mencionar a fase correspondente a pesquisa para elaboração de projetos de execução onde serão levantados elementos que permitam quantificar, dimensionar, localizar, etc. dentro da mesma sistemática e cuja manipulação já é familiar ao arquiteto.

Evidentemente, o tempo disponível para esta apresentação nos impede de detalhar as diversas sub-etapas e seus aspectos mais importantes como a preparação, execução, interpretação e avaliação de cada fase. Esperamos, amanhã, quando apresentarmos alguns exemplos práticos explicitar um pouco mais a sistemática ainda que a diferença entre a teoria e prática seja grande e ainda não têrmos conseguido aplicar a sistemática do CEMUAM em tôda sua plenitude.



Roteiro de trabalho

Observação preliminar: as atividades descritas no roteiro, ao longo de tôda a largura da página, referem-se aos contatos do profissional ou equipe encarregada do Plano com o anterior. As atividades situadas à esquerda da página correspondem a atividades essencialmente teóricas, enquanto que as situadas à direita, são práticas. As atividades são apresentadas numa seqüência lógica.

Contato inicial com a autoridade que deseja o planejamento

Fixar método de trabalho a adotar para o problema formulado pela autoridade

Relacionar informações iniciais: condições institucionais vigentes, condições de trabalho.
Documentação técnica disponível.

Elaboração e apresentação da proposta de trabalho

Relacionar os aspectos que devem ser considerados no contato global a partir do conhecimento sumário que se possui da área.

Fixar plano de trabalho para a realização do contato global, indicando o que, como, onde, por quem, quando, entrevistar, observar, consultar e registrar.

Realização do contato global com a comunidade

Estabelecer sistemática para interpretação da pesquisa preliminar para identificar:
— o que exige intervenção
— o que pode ser modificado
— o que modificar

Interpretar a pesquisa preliminar, registrando os resultados em mapas, gráficos, quadros, relatórios, fotos, etc., com vistas a elaboração do Relatório Preliminar do trabalho.

Elaboração e apresentação do Relatório Preliminar, compreendendo:

— constatação da situação geográfica
— origem e desenvolvimento da área
— perspectivas gerais de desenvolvimento
— situação atual dos bens, serviços e condições
— principais problemas evidenciados
— problemas que transcendem o âmbito local
— problemas passíveis de intervenção
— problemas passíveis de intervenção a curto prazo
— pesquisas complementares a realizar

Estudar a relação entre as condições e as variáveis, e/o estabelecimento de hierarquia entre condições e intervenção

Fixar o Plano de Trabalho para a pesquisa preparatória da ação: o que? como? onde? por quem? quando, em que nível? (observar, entrevistar e consultar) e registrar.

Execução da pesquisa preparatória da ação

Estabelecer o esquema de interpretação da pesquisa preparatória da ação: analisando cada grupo de problemas referente a cada variável, identificando possíveis alternativas de intervenção.

Interpretar a pesquisa, registrando os resultados em mapas, quadros, relatórios, fotos, fitas gravadas e demais registros necessários, com vistas a elaboração do Relatório Final.

Fixar as grandes alternativas de intervenção segundo as variáveis do planejamento

Relação de condicionantes:
econômico-financeiros
político-administrativos
humanos-culturais
tecnológicos
físico e estratégicos

Fixar Plano de Trabalho para orientar a escolha entre as alternativas:

o que? como? onde? por quem? quando? em que nível?	Observar entrevistar consultar	registrar

Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento integrado da área objeto do planejamento e apresentar às autoridades:

separação ou aglutinação de usos
sistema de polarização
localização
dimensão
densidade
estrutura viária
composição construtiva

zoneamento
sistema viário
áreas especiais
equipamentos comunitários

Observação: prosseguir no mesmo esquema para a elaboração dos projetos específicos quando fôr o caso.

Experiência brasileira de planejamento físico

Aspectos do planejamento urbano

arquiteto Carlos Maximiliano Fayet, IAB–RS

As revistas e os jornais dos nossos dias estão cheios de prognósticos para o ano 2.000. Alguns de fontes suspeitas, porém outros a maioria oriundos de pessôas ou organizações as mais credenciadas.

Por muitos de nós e pela imensa maioria das populações êstes informes são considerados como assuntos interessantes mas que não nos dizem respeito. Isto quando não são sumàriamente repelidos como "doidices".

Poderíamos classificar estas previsões mediante vários critérios, entre os quais o que as reúne, de um lado como **problemas** e de outro como **soluções.**

Na base do primeiro grupo estão as estimativas demográficas e suas conseqüêntes: alimentação, contrôle da natalidade, educação, saúde, habitação, transporte, etc, conotando fome, ignorância, marginalização, guerra, etc.

Nos fundamentos do segundo, o conjunto das soluções, se alinham as possibilidades de desenvolvimento dos meios de conhecimento e utilização da natureza e dos cosmos, do homem, suas potencialidades e seu comportamento individuais e coletivos e das relações entre o homem e o meio.

Na perspectiva, o controvertido objetivo final da felicidade humana.

A questão é saber **como** manipular o grupo das **soluções** para reduzir o dos **problemas** e perseguir a meta a maior velocidade.

A determinação dêste **como** deveria ser o objetivo do planejamento integral, isto é: fornecer, a cada passo, as alternativas que conduzem uma sociedade a desejados ritmos mais rápidos de desenvolvimento, em menor tempo, por menor custo e através do aproveitamento racional dos recursos existentes.

Desenvolvimento, aqui evidentemente entendido no seu conceito integral, onde a pessoa humana é o centro de interêsse; custo, caracterizado não só por suas componentes econômico-financeiras mas sociais e políticas e, finalmente, recursos considerados não apenas os que provêm da natureza e da sua transformação só que emanam do homem através de tôdas as suas capacitações.

Usei a expressão "deveria ser" porque muitas vêzes o sentido de sociedade é substituído pelo de classe, desenvolvimento é confundido com prosperidade e quase sempre não são levados na devida conta o preço social pago pelas mudanças nem a fôrça de que dispõe um povo, quando lhe são proporcionadas as condições básicas para a participação no processo. Não fôra assim, o planejamento se constituiria na vara mágica capaz de eliminar os meios violentos de modificações econômicas, sociais e políticas.

Dêste conceito amplo de planejamento decorrem suas principais características e as condições de sua adequação, similares às do planejamento físico nêle integrado e dêle resultante:

— como processo dinâmico e não como ato isolado no tempo
— como meio de escolha e não como fim
— a serviço dos desejos de uma coletividade e não de uma idéia
— visando o agenciamento do meio físico, mas através de uma ótica global
— avaliando, o mais precisamente possível, os custos de tôda ordem das alternativas viáveis
— compatibilizando os objetivos com os recursos disponíveis sob a orientação dos profissionais adequados para cada setor envolvido

Tenho certeza que os demais conferencistas dêste Curso hão de discorrer com maior profundidade, propriedade e brilho sôbre êstes aspectos, daí me haver proposto a fazer algumas considerações objetivas sôbre como, na atual conjuntura poderemos, talvez, tornar **mais efetivos** os esforços feitos no campo do urbanismo.

No ano passado, o Banco Nacional da Habitação e o então Escritório de Pesquisas Econômicas Aplicadas — EPEA divulgaram um interessante trabalho, elaborado pelo Eng. Rubens Mattos Pereira, versando sôbre "Desenvolvimento Urbano no Brasil", o qual resultou na introdução da parte a êste assunto correspondente do Plano Decenal formulado pelo atual Govêrno Federal.

Este estudo, bem como a enquete realizada pelo arquiteto Jorge Wilheim, por ocasião do 1.º Encontro Nacional de Arquitetos Planejadores (Curitiba — Maio — 66) e publicada na Revista ARQUITETURA n.º 61, as Conclusões do referido Encontro e as do 6.º Congresso Brasileiro de Arquitetos, nos mostram um quadro geral não muito alentador.

Torna-se oportuno reproduzir alguns tópicos dos primeiros documentos citados:

— Em 1960, dos 2.423 municípios brasileiros, 85,8% não dispunham de Plano Diretor e 88,4% não contavam com órgãos de urbanismo. (de lá para 67 a situação pouco deve ter se alterado se considerarmos a existência atualmente de quase 4.000 municípios e o aumento havido de mais de 17 milhões de habitantes. Para manter as mesmas proporções, deveriam ter sido elaborados nêstes sete anos mais de 230 Planos Diretores — cêrca de 33 por ano).

— Menos de 50% dos Planos elaborados podem ser considerados como em processo de implantação.

São geralmente apontadas como causas desta situação:

— A falta de interêsse por parte do Govêrno da União e dos Estados para com os problemas de Desenvolvimento Urbano.

— A falta de recursos municipais para enfrentar as despesas de planejamento. (A receita municipal mal ultrapassa 5% do total da receita pública, constituindo-se até 66 em cêrca de 10% das obtidas pelos Estados e pela União).

— A inadequada avaliação da capacidade de implantação. (Apenas 10 a 12 municípios brasileiros que possuem Planos dispõem de organismos locais de planejamento capazes de um relativo contrôle e racionalização do desenvolvimento urbano).

As duas primeiras causas se refletem diretamente sôbre a **quantidade** dos Planos, enquanto as duas últimas geram a **ineficácia** dos esforços dispendidos.

É ponto de doutrina, pacífico para todos, a necessidade da participação da coletividade no processo de planejamento urbano. Na prática ela tem sido obtida apenas de uma maneira forma e/ou idealista.

A análise dos êxitos e revezes, dos erros e acertos havidos no processo de desenvolvimento dos trabalhos do Plano Diretor de Pôrto Alegre, dos quais participei por mais de oito anos e de outros, efêmeros, cos quais estive intimamente ligado, me anima a alinhar algumas condições que, no meu entender, estão diretamente relacionadas com a adequação e viabilidade os Planos.

A existência de um Conselho de Desenvolvimento Urbano ou Conselho do Plano Diretor, institucionalmente integrado na organização municipal, diretamente ligado do Prefeito e com atribuições de órgão competente para apreciar e propor medidas relacionadas com o urbanismo Êste Conselho deve ser formado pelos responsáveis dos principais setôres da Municipalidade envolvidos no planejamento, bem como de outras entidades públicas com ação no território, ativas, prestigiosas e de notória autoridade sôbre os assuntos de competência do Conselho. Também alguns inequívocos líderes da comunidade indicados por organizações idôneas deverão compor o colegiado, cujo presidente deve ser eleito por seus pares e não elemento da confiança do executivo.

A destinação de recursos, por mais modestos que sejam, para uso em despesas de exclusiva escolha do Conselho liberáveis diretamente por seu presidente conjuntamente com o titular das finanças municipais.

A organização, tão logo seja financeiramente possível, de uma secretaria executiva, encarregada, encarregada de responsabilizar-se pelas pesquisas, pelos projetos, pelo acompanhamento de sua implantação e por sua constante avaliação e atualização. No caso de municípios mais completos potencialmente, esta secretaria será o seu próprio escritório de urbanismo; noutros ela poderá ser constituída por profissionais ou equipes especialmente contratados.

A audiência desta secretaria em algumas fases do processamento burocrático dos assuntos que se relacionam com o planejamento urbano. Êste procedimento é, ao mesmo tempo, perigoso e interessante. Perigoso porque se não fôr envolvido das devidas precauções, acabará afogando os técnicos nas preocupações meramente processuais. Interessante, porque através do acompanhamento cotidiano dos pequenos problemas envolvidos ou na periferia das decisões tomadas no setor urbanístico é possível, em pouco tempo, apreender tôda uma mecânica do comportamento da cidade de um modo que sòmente uma pesquisa extremamente bem conduzida poderia proporcionar.

A participação de funcionários estáveis, tècnicamente mais capacitados para o planejamento, nos trabalhos da secretaria, mesmo quando fôr constituída por escritórios particulares. Esta condição contribui não só para a continuidade dos trabalhos como para formar conscientes e vigilantes defensores do planejamento nos seus respectivos setôres de atuação.

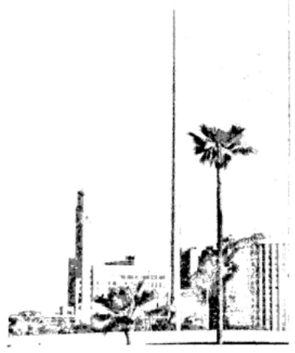
A contratação de projetos setoriais e de detalhes sòmente quando já estiverem definidas as diretrizes a que se devem subordinar. É frequente a encomenda de estudos e projetos sôbre transporte coletivo, abastecimento de água, saneamento, etc, antes de fixados as linhas mestras da política de desenvolvimento urbano.

O aproveitamento de tôdas as oportunidades de uso dos meios de comunicação de massa e de trabalhos de grupo, para criar na comunidade uma consciência sôbre os problemas abordados e para dela receber as críticas que inevitàvelmente advirão.

Corri um risco calculado digredindo dos aspectos mais atraentes da temática dêste curso para enfatizar êstes, que de menor importância teórica, jogam, no entanto, um papel importante na objetivação dos planos urbanísticos.

As paredes, gavetas e às vêzes cêstas de nao poucas salas de prefeitos, por êste Brasil afora estão cheios de Planos dos mais diversos níveis de qualidade mas não são raros as coletividades que puderam sentir um pouco dos seus efeitos.

No entanto as cidades continuam surgindo e crescendo e quando nossos filhos tiverem atingido a nossa idade, no limiar do nôvo século, a população do Brasil estará se aproximando dos duzentos milhões de habitantes, dois têrços dos quais levarão uma vida urbana. O importante e têrmos todos a consciência de havermos contribuido um pouco que ela seja, então mais amena e digna.

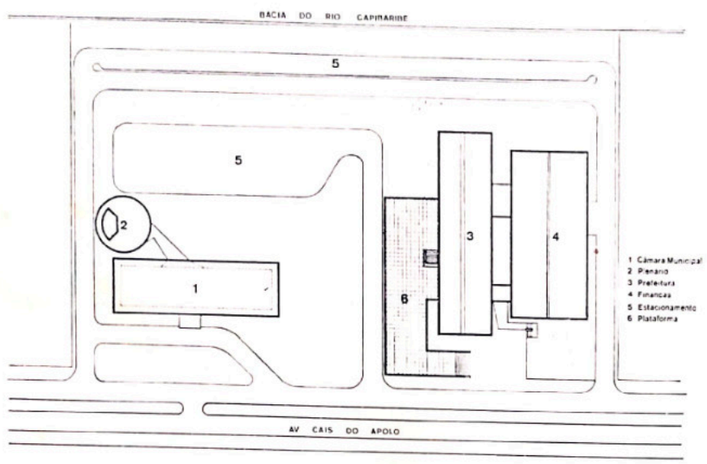




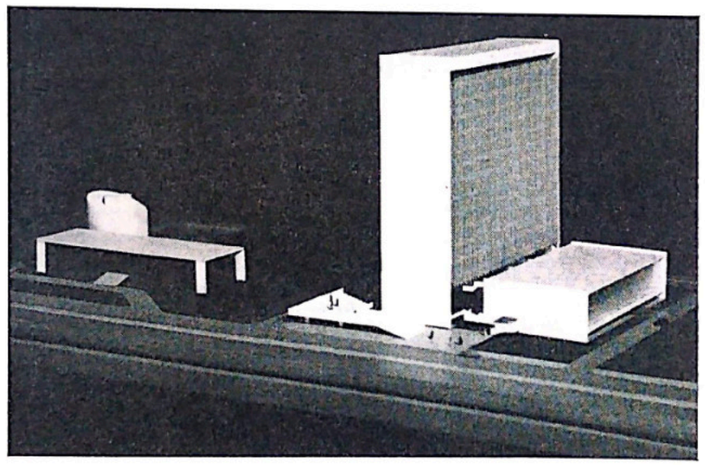
Painel

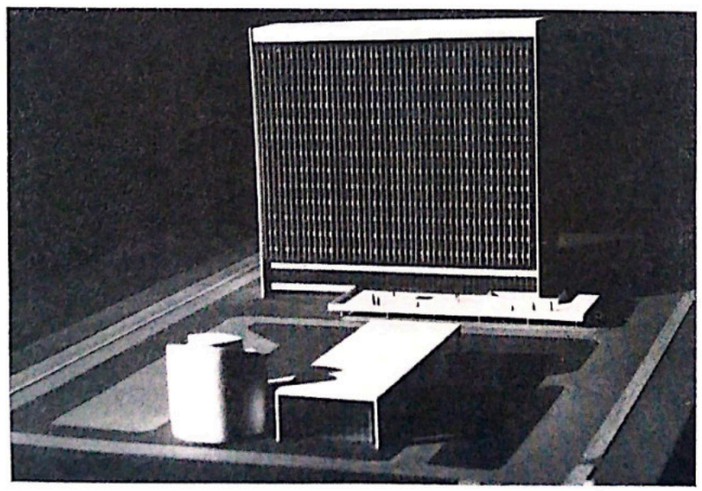
Paço Municipal de Recife

arquiteto Jorge Martins Junior, IAB–PE



Planta de situação





O futuro paço Municipal do Recife situa-se em terreno conquistado com o atêrro da bacia do Rio Capibaribe, na ilha do bairro do Recife, no trecho chamado Cais do Apolo e terá uma área de 36.000 m².

O local é bastante privilegiado em relação ao sistema viário, áreas de estacionamento, ventilação e insolação e, principalmente, quanto a sua implantação no panorama urbano, ficando o conjunto arquitetônico com total domínio sôbre a cidade, valorizando bem sua principal característica de sede administrativa municipal.

O conjunto arquitetônico é composto de quatro blocos, o principal com 15 pavimentos, onde será instalado o organismo administrativo da Prefeitura. Seu acesso será através de uma plataforma-esplanada, à 2,60 m do solo, que permitirá ao público uma visão panorâmica da cidade, servindo também como local para encontros, etc. Neste bloco estão localizados os serviços de turismo, restaurante, cantina, além de auditórios e salões de exposição.

O bloco da Secretaria de Finanças está composto de um grande "hall" destinado ao público recolhedor de impostos e ao pagamento dos funcionários, demais seções administrativas e um mezanino a 2,50 m destinado ao gabinete do Secretário.

Devido à proximidade da faixa portuária e sabendo-se da grande quantidade de fuligem desprendida pelos navios, foi previsto no projeto sistema de ar condicionado central, assim como o prédio principal está situado perpendicularmente à faixa. Com a fachada em empena sem aberturas e as fachadas de maior superfície (72,00 m) protegidas por um sistema de aletas em concreto, sacadas de 1,50 m, que servirão de filtro, será interceptado grande parte do material sólido em suspensão na atmosfera. Essas próprias aletas, como elementos preponderantes, caracterizarão o aspecto externo.

A Câmara dos Vereadores estacada no bloco principal (simbolizando a independência dos podêres executivo e legislativo) compõe-se de um bloco horizontal — serviços burocráticos, gabinetes, salões e outro cilíndrica destinado ao plenário.

O auto-serviço III

arquiteto Gunther Weimer, IAB–RS

3.ª parte: A caixa

"Nós nos encontramos num nôvo degrau da civilização cuja fase final será caracterizada pelo fato de 80% da população ativa exercer suas funções em organizações de prestação de serviços e apenas 10% nos setores primários e secundários, na agricultura e indústria respectivamente." Jean Fourastié

1. O mobiliário

1.1. Representação esquemática do mobiliário mais utilizado. — fig. 1

1.2. Normas

O Instituto de lojas de Auto-serviço de Colônia elaborou um levantamento do mobiliário utilizado e propõe as seguintes normas:

1.2.1. Todo o mobiliário deve ser construído segundo o princípio da montagem com peças normalizadas a fim de gozar da vantagem da aditibilidade ou subtratibilidade. Foi constatado que a média do mobiliário existente no mercado tem uma altura que varia entre 73 e 82 cm. Segundo as reivindicações do comércio, a altura da mesa deveria ser padronizada em 82 cm. Igualmente em 82 cm deveria ser padronizada a altura da mesa de empacotamento. Como o processo de cobrança é executado ora sentado, ora em pé, impõe-se que seja projetado um mecanismo simples que permita fixar o acento em alturas convenientes.

1.2.2. Apoio do cêsto.

Em relação ao plano do cêsto é desejável que seja construído de tal forma que 1/3 do cêsto ultrapasse o plano da mesa. Já que os cêstos têm, em média, 18 cm. de altura, conclui-se que o plano deverá estar a 70 cm. acima do piso.

1.2.3. Apoio das bôlsas de compra.

O apoio das bôlsas de compra também deverá ser padronizado, numa altura de 60 cm.

1.2.4. Trocador.

O trocador de moedas, caso empregado, deverá ser afixado no mínimo em 35 cm. acima da superfície da mesa. Impõe-se um redesing dos trocadores com atenção especial ao aspecto funcional.

1.2.5. Movimento dos carrinhos de compra.

Apesar de suas indiscutíveis vantagens, o problema do movimento dos carrinhos junto à caixa até agora ainda não foi convenientemente solucionado. Seu depósito requer muito espaço, obstrui fàcilmente o movimento dos fregueses, ou então que cada carrinho, depois de usado seja, um a um, reconduzido à entrada o que complica a atividade do caixa. O sistema counter-checkout, de guardar os carrinhos sob a mesma é desaconselhável porque exige mesas muito altas ergonômicamente más. É desejo de comércio que seja estudado um sistema mais fluente, que economize o espaço e o tempo dos caixas.

1.2.6. As mesas com três caixas de empacotamento se mostraram as mais convenientes.

1.3. Exposição esquemática das medidas normalizadas — fig. 2

1.4. Esquema de disposição de três caixas. — fig. 3

1.5. Esquemas de disposição de quatro caixas. — fig. 4

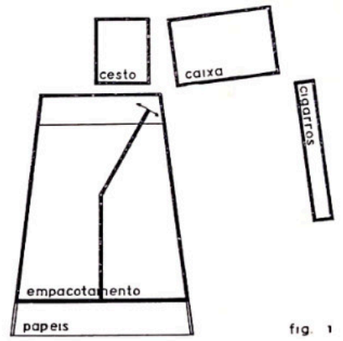


fig. 1

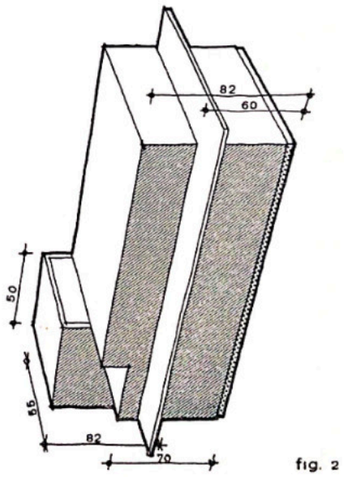


fig. 2

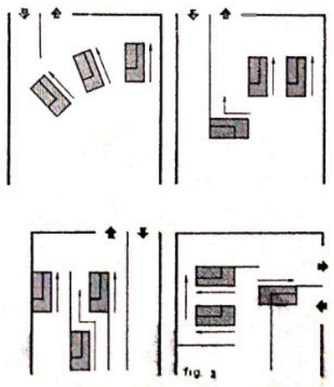


fig. 3

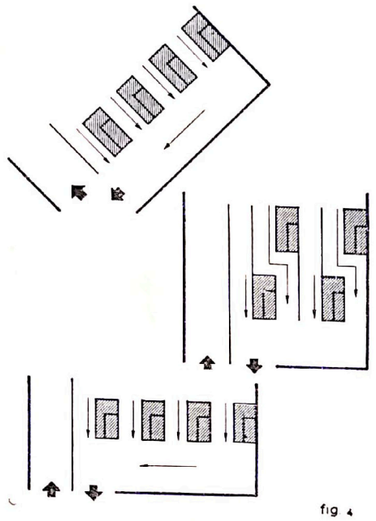


fig 4

2. A caixa.

A maioria das caixas em uso dispõe de um teclado com quatro filas com teclas numeradas de 1 a 9, num total de 36, razão pela qual é chamado de teclado completo. Êste modêlo permite o emprêgo de pessoal não especializado por ser possível controlar um valor registrado antes dessa operação. Além disso, em caso de êrro, o valor pode ser corrigido fàcilmente tocando-se uma tecla que apaga o errado, registrando-se, em seguida, o certo.

Ùltimamente criou-se uma nova caixa registradora com dez teclas numeradas de zero a nove. Em comparação ao modêlo anterior, permite um trabalho bastante mais produtivo. Isso se deve ao fato de que pode ser utilizado apenas ao tato, sem olhar o teclado o que no caso anterior só acontece quando o empregado é muito competente e tem longa experiência. Assim a vista é desobrigada da atenção a dois pontos distintos ao mesmo tempo — o que dá maior precisão na operação e requer menos energia do organismo.

Outra vantagem do nôvo sistema é a de que a mão não se move mais livremente no espaço pois o modêlo oferece apôio na altura do punho permitindo uma pausa para a mão entre duas operações, ou seja, favorece um descanso entre dois esforços dinâmicos.

Com o nôvo modêlo pode-se trabalhar pràticamente com o dôbro da velocidade. O ritmo de trabalho pode ser aumentado de 90 para 160 toques. Seja qual fôr o tipo empregado, a caixa deve ser instalada de tal forma que a mão do caixa possa somar durante longos períodos sem que sobrevenha o cansaço do braço, ou noutras palavras, que se evite o esfôrço estático: o antebraço deve permanecer na posição horizontal. Portanto, por razões ergonômicas e também formais, existe a tendência de colocar a caixa na altura do cotovelo e de embutí-la na mesa. Assim o volume total do nível fica menor, mais simples e pode permitir uma leitura mais fácil do total a pagar por parte do freguês.

3. Dispositivos auxiliares.

Dispositivos mecânicos auxiliares aceleram o processo de cobrança e facilitam o trabalho do caixa. Automáticos de repetição permitem registrar **n** vêzes o preço de um mesmo artigo sem precisar tocar o preço mais de uma vez. Com o acionamento de uma só tecla, a caixa pode calcular o trôco e o trocador devolve ao freguês automàticamente as moedas correspondentes em pequenos receptáculos acoplados a cada caixa de empacotamento. Um dispositivo classifica automàticamente tôdas as moedas e outro dá ao freguês, também automàticamente, os selos de desconto. O dispositivo de maior utilidade é a correia transportadora que pode ser acionada com o pé ou com a mão. Impõe-se aqui o comando do pedal para dar maior liberdade de ação à mão. Existem no mercado móveis que dispõem de mais de uma transportadora.

Uma caixa provida de todos êstes dispositivos é bastante onerosa mas seu custo é compensado em lojas de grande movimento porque aceleram o processo de cobrança, evitam a formação de filas e necessitam de menos pessoal.

O automático de empacotamento ainda não está à venda no mercado mas já estão sendo feitas as primeiras experiências e funciona conforme mostram os seguintes croquis: — fig. 5 e 6

4. O processo de pagamento.

Em geral o processo de pagamento passa pelas seguintes etapas:

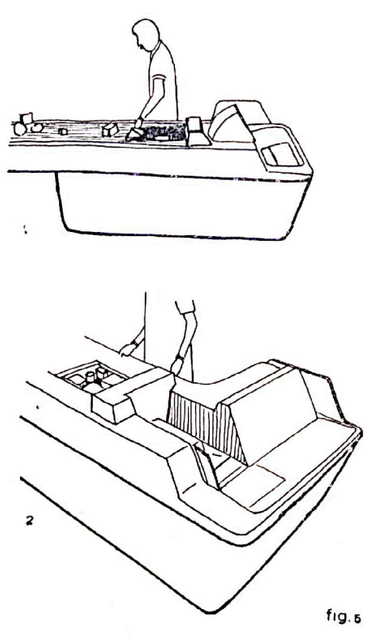


fig. 5

a) O freguês tira os artigos escolhidos do cêsto ou do carrinho.

b) E os coloca sôbre a mesa ou transportadora.

c) O caixa toma cada artigo na mão esquerda, lê o preço que registra com a mão direita.

d) Empurra cada artigo registrado para uma das caixas de empacotamento.

e) Depois de repetir esta operação com todos os artigos soma as parcelas.

f) Ao freguês é dito o preço a pagar.

g) E êste dá o dinheiro, recebe o trôco, a nota e os selos de desconto. Na nota estão descriminadas tôdas as parcelas para possibilitar conferição posterior.

h) A compra é empacotada.

O empacotamento é muitas vêzes realizado por um auxiliar especializado para acelerar o processo, principalmente nas horas de maior movimento.

A rapidez do processo é de fundamental importância. Para isso foram estudados diversos métodos. Construíram-se móveis com discos giratórios (ver fig. 8 e 13) ou com correias transportadoras. Para fregueses que só compram dois ou três artigos apenas, instalaram-se caixas "sem espera". Artigos pequenos como cigarros, lâminas de barbear, etc., podem ser comprados diretamente na caixa. Assim se pretendeu combater eficazmente o furto dêsses objetos. Desde recentemente vem se evitando estas vendas para desocupar os caixas.

Nos EUA foram feitos fluxogramas e se chegou à conclusão de que uma cobrança média dura 1 min. e 55 seg. assim distribuídos:

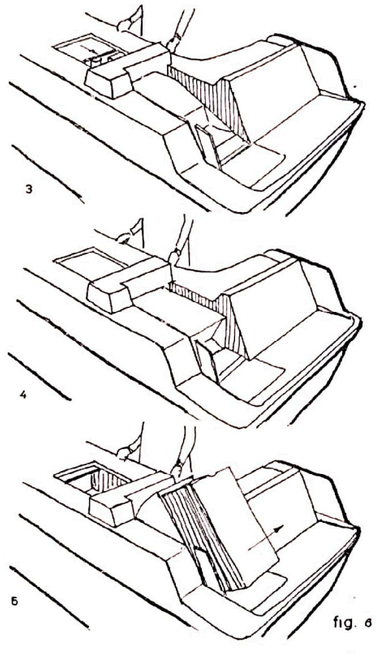


fig. 6

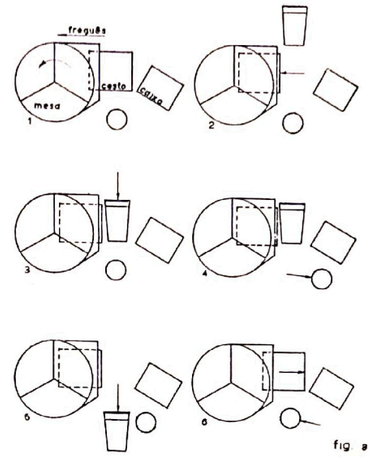


fig 8

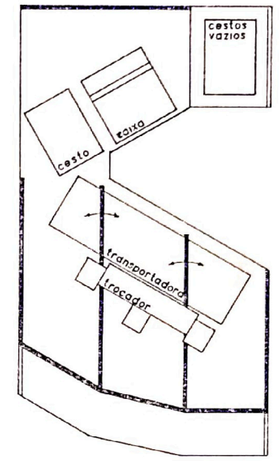


fig 10

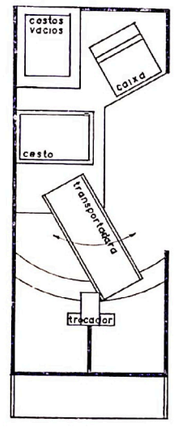
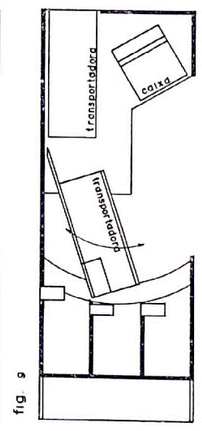
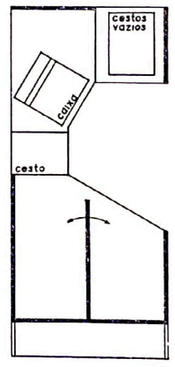


fig 9





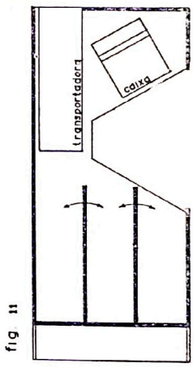


fig 11

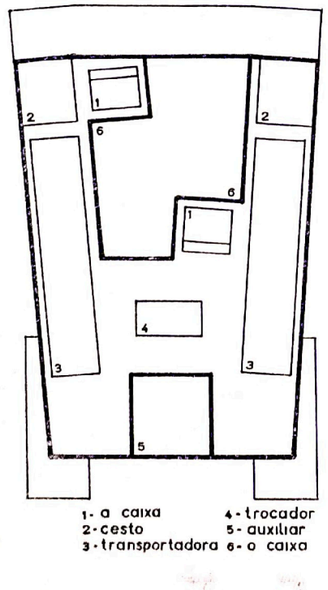


fig. 7

tirar os artigos do cêsto	13%
registrar	30%
receber o dinheiro	5%
trocar o dinheiro	10%
tirar o cêsto da mesa	6%
empacotar	28%
outras atividades	8%

5. Normas da marcação de preço.

No processo de cobrança a maior parte do tempo é gasto no ato de leitura e registro do preço. Para facilitar o serviço do caixa e acelerar o processo, os Institutos das Lojas de Auto-Serviço de Colônia elaboraram as seguintes normas:

a) o interêsse primordial do freguês é saber o preço da mercadoria. Uma boa marcação do preço facilita a compra.

b) A experiência mostra que a marcação do preço é mais barata e mais racional quando feita pelo produtor ou distribuidor;

c) Uma marcação de preço preenche sua função quando é de tamanho conveniente, fàcilmente perceptível e sempre se encontre no mesmo lugar no pacote ou na etiqueta;

d) o preço deve ser tão grande que possa ser lido rápida e fàcilmente. O tamanho das cifras não deveria ser menor de que 1 cm. Em artigos pequenos êste tamanho poderia ser reduzido para 0,5 cm;

e) o preço deveria, por princípio, se encontrar sempre na frente, em cima e à direita;

f) Preços abaixo da unidade monetária não devem ser expressos em centavos.
Exemplo: —, 58.

g) o preço deve ser impresso em prêto sôbre fundo claro e êste bem destacado do colorido da etiqueta ou da embalagem.

h) Importante é que a forma do fundo se destaque na apresentação da embalagem do produto.

6. Esquema de alguns tipos móveis encontrados no mercado. fig. 7 até 13.

7. A formação de filas.

Êste é um dos problemas de mais difícil solução. Apesar do apôio de auxiliares de dispositivos mecânicos, racionalização do

processo, ainda não foi encontrada uma solução definitiva e universal. Existem apenas anestésicos que atenuam o problema. A solução final do problema provàvelmente só se encontrará no levantamento do processo em si. Soluções transmissórias como automáticos e sistemas de auto-registro (ver § 10) mostram apenas algumas possibilidades de evolução.

8. Circulação dos cêstos e os carrinhos de compra.

Tradicionalmente os cêstos e os carrinhos são empilhados após o uso e numa folga o caixa ou seu auxiliar se encarregam de transportar a pilha à entrada da loja. A precariedade da solução é evidente: nos fins de semana o fluxo de fregueses é contínuo e o transporte requer a interrupção do processo de cobrança, para o desagrado do freguês e do caixa. Nos EUA criou-se os counter-checkouts em que se guardam os cêstos e carrinhos dentro do próprio móvel. Conseqüentemente êles não obstruem a circulação mas a solução não satisfaz pelas seguintes razões:

a) cêstos e carrinhos ficam guardados ao passo que o interêsse é sua constante utilização.

b) em certo momento não há mais lugar dentro da mesa. Conseqüentemente o problema apenas foi atenuado e não resolvido.

c) o sistema exige ou que os carrinhos sejam baixos, ou que a mesa seja demasiado alta — em ambos os casos um dos elementos não se adaptam a estatura humana.

8.1. Esquema de circulação dos fregueses. — fig. 14

8.2. Esquema de circulação dos cêstos e carrinhos. — fig. 15

9. O cêsto e o carrinho.

O cêsto tem sido o símbolo do auto-serviço mas está sendo substituído pelo carrinho. Provàvelmente o cêsto se restringirá cada vez mais às lojas pequenas. Nas lojas grandes permanecerá ainda durante algum tempo, como uma concessão ao lado do carrinho para os fregueses que fazem pequenas compras. À sua vantagem de necessitar pequenos espaços para depósito se sobrepõe o impecílio do pêso: durante o processo de compra o freguês deixa de fazer compras quando o cêsto se torna muito pesado. Num cêsto não cabem mais de 14 kg. de mercadorias.

O carrinho se imporá porque facilita e permite fazer compras maiores, estimula as vendas e conseqüentemente, a produção. Mas não se deve esquecer que o carrinho também tem suas desvantagens por exigir maiores superfícies (corredores mais largos, maior área junto às caixas e no depósito junto à entrada) e maiores investimentos.

10. O sistema de auto-registro.

A companhia suíça Migros idealizou em fins de 1965 um nôvo tipo de caixas.

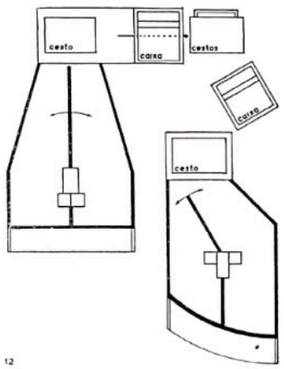


fig. 12

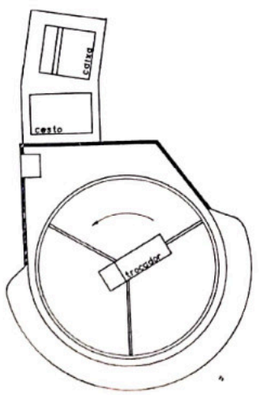


fig. 13

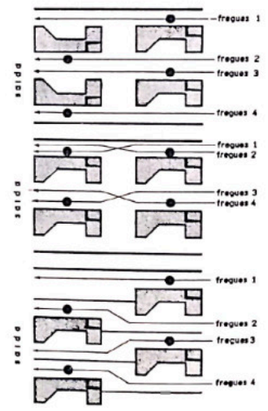


fig. 14

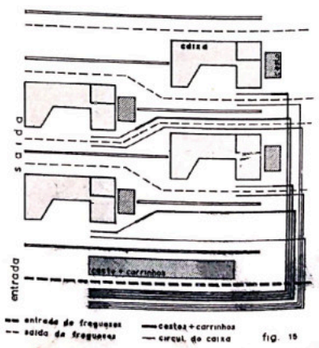


fig. 15

O princípio fundamental reside na ativação do freguês no processo da cobrança o que se dá da seguinte forma: o freguês junta, como comumente, as mercadorias num cêsto e se dirige a uma das várias caixas de auto-registro. Nelas registra, um por um, os artigos comprados.

Cada artigo é colocado em outro cêsto semelhante ao primeiro e instalado abaixo do primeiro. Registradas tôdas as mercadorias, toca a tecla da soma e recebe a nota de compra. Com esta êle se dirige à caixa de cobrança. Ali o caixa só registra o valor total a pagar. Feito isso o freguês se dirige ao balcão de empacotamento onde êle mesmo embrulha a compra e onde deixa o cêsto.

A relação entre caixas de auto-registro e caixas de cobrança é de 7 para 1.

Valoração. Esta forma de cobrança é vista como uma experiência que após meio ano de prática mostrou os seguintes resultados:

a) além das caixas de auto-registro, instalaram-se caixas tradicionais. Esperava-se que de 30 a 40% dos fregueses utilizassem o nôvo sistema, mas o resultado foi apenas 33% utilizassem o sistema tradicional e os restantes 67%, o nôvo.

b) o processo de cobrança é altamente acelerado evitando-se assim a formação de filas.

c) evita-se o acúmulo de cêstos junto à caixa e seu transporte, como uma dupla conseqüência: os cêstos não mais atrapalham a circulação e o trabalho do caixa não é interrompido.

d) Espera-se que com êsse sistema possa ser evitado todo o congestionamento nos fins de semana.

Durante o período de experiência ainda não pode ser diminuido, na medida em que era de esperar a quantidade de pessoal porque muitos fregueses ainda necessitaram de ajuda suplementar. Quando êste sistema estiver em perfeito funcionamento poder-se-á reduzir o custo operacional.

10.1. Esquema de circulação no sistema de auto-registro. — fig. 16.

Bibliografia.

livros:

a) Willi Ramstein — Shopping Center — trabalho de diplomação na HFG — 1962
b) Joachim Steim — Selbstbedienungsladen — Freiburg i. Br. 1958
c) Hans-Viktor Schulz Klingauf — Selbstbedienung — Econ Verlag — Dusseldorf 1960
d) Alexander Koch — Ladenbau — Stuttgart 1960
e) Klauss Frank — Ausstellungen — Gert Hatje, Stuttgart 1961

revistas:

a) Selbstbedienung — Institut fuer selbstbedienung, Koeln, 6 a 12/65 e 1 a 4/66
b) Bauen—Wohnen n.º 5/54, 2/55, 8/58 e 2/60
c) Form n.º 20/62
d) Design 74/55, 103/57 e 167/62
e) Bauwelt n.º 15/58
f) Interior Design nº 3/60
g) Industrial Design n.º 7/65
h) Architectural Forum nº 3/53, 3 e 6/54, 9 e 12/56 e 10/57
i) Architecture D'Aujourdui n.º 4/52 e 1/54
j) Die Innerarchitektur n.º 4/59

catálogos:

de diversas procedências.

Esta bibliografia se refere às três partes do presente trabalho. As duas primeiras partes foram publicadas no n.º 72-73 junho-julho de 1968.

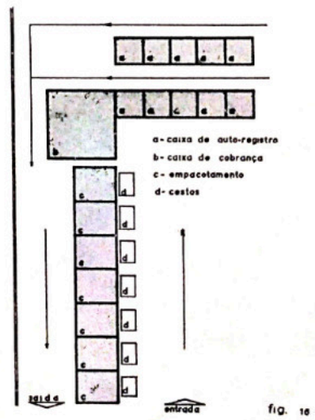


fig. 16

Diretrizes Básicas da Política Habitacional da Guanabara

GB — Decreto "N" n.º 1.059, de 7 de de maio de 1968

Estabelece as diretrizes básicas para execução da Política Habitacional do Estado da Guanabara e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de eliminar a duplicação de esforços e jurisdição, que a multiplicidade de órgãos tem acarretado, gerando o desequilíbrio na execução da política habitacional do Estado da Guanabara, decreta:

Art. 1.º A Política Habitacional do Estado da Guanabara, que será definida pelo Governador do Estado, resultará de diretrizes gerais aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento mantida a sua compatibilidade com o sistema nacional de habitação, e sua integração nos objetivos por êste colimados.

Art. 2.º A Secretaria do Govêrno, por intermédio da Coordenação de Planos e Orçamentos, terá a seu cargo os estudos e pesquisas necessárias à formação das diretrizes da Política Habitacional do Estado da Guanabara e a integração das ações, no setor habitacional, com as de formulação do planejamento geral do Estado.

§ 1.º O atual Escritório Técnico da Coordenação de Planos e Orçamentos passa a denominar-se Escritório de Programação Urbana.

§ 2.º Fica extinta a Comissão Executiva da Política Habitacional do Estado da Guanabara (CEPE-3), criada pelo Decreto "N" n.º 739, de 14 de dezembro de 1966.

Art. 3.º Obedecidas as diretrizes gerais definidas, são órgãos do Estado, competentes para intervir, decidir ou executar a Política Habitacional do Estado da Guanabara.

a) A Secretaria do Govêrno, como órgão Central do Sistema de Planejamento, nos têrmos dos arts. 1.º e 2.º dêste decreto;

b) A Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara — COHAB — vinculada à Secretaria de Serviços Sociais, órgão a que compete, privativamente, o encargo de construir unidades e conjuntos habitacionais de interêsse social;

c) A Companhia de Desenvolvimento de Comunidades — CODESCO — Integrante do Sistema COPEG, a quem compete a tarefa de recuperação dos aglomerados sub-normais do Estado da Guanabara;

d) A Fundação Leão XIII, órgão vinculado à Secretaria de Serviços Sociais e a que compete a execução dos serviços sociais nas favelas do Estado da Guanabara, excluídas as que estiverem sob a jurisdição da CODESCO.

Parágrafo único. Com a finalidade de evitar a duplicidade de jurisdição e de ações executivas, os diversos órgãos integrantes da administração estadual celebrarão convênios entre si, sujeitos à prévia aprovação da SGO, para execução de pesquisas, de projetos e de obras concernentes ao planejamento físico e sócio-econômico.

Art. 4.º O Escritório de Programação Urbana realizará os estudos necessários à determinação das favelas que deverão ser recuperadas, e a responsabilidade da execução competirá à Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO).

Art. 1.º Em decorrência do disposto no presente artigo, caberá à CODESCO planejar e coordenar a recuperação, urbanização e desenvolvimento comunitário daquelas favelas, nos têrmos da legislação vigente.

§ 2.º A CODESCO propiciará a integração na comunidade dos citados aglomerados, através de convênios com os órgãos do Govêrno, especializados nos aspectos urbanísticos, habitacionais, econômicos e sociais, obedecido o disposto nos artigos 1.º e 2.º do presente decreto.

§ 3.º O encargo da execução dos projetos aprovados será atribuído aos órgãos do Govêrno responsáveis pelos setôres mencionados, aos quais poderão ser destinadas as dotações orçamentárias que se fizerem necessárias, ou mediante a colaboração dos próprios membros da Comunidade.

Art. 5.º Caberá a Fundação Leão XIII a execução dos serviços sociais nas favelas do Estado, com exclusão das que estiverem sob a jurisdição da CODESCO, observando o disposto nos arts. 1.º e 2.º do presente decreto.

Parágrafo único. Além das suas atuais atribuições, competirá à Fundação Leão XIII:

a) exercer o contrôle técnico e a fiscalização específica referente aos assuntos e problemas das favelas;

b) promover a triagem e orientação para a remoção de favelados, quando decidido pela administração Superior;

c) administrar conjuntos residenciais e os membros de habitação social de propriedade do Estado, com exceção daqueles construídos ou a serem construídos pela COHAB, com financiamento do Banco Nacional da Habitação;

d) promover a execução de melhorias nas favelas sob seu contrôle, dentro das diretrizes e normas traçadas pela política habitacional do Estado, através de convênios com os órgãos estaduais e competentes, aos quais caberá o encargo financeiro e técnico da execução;

e) orientar as associações de moradores de favelas e as organizações dos conjuntos residenciais e dos centros de habitação social, que não sejam nas áreas da COHAB e da CODESCO;

f) exercer ação preventiva para evitar proliferação de favelas, fiscalizando a aplicação de regulamentos;

g) elaborar normas para serem aplicadas nas favelas, conjuntos residênciais e centros de habitação social;

h) colaborar com a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor no atendimento à população infantil necessitada, visando à constante melhoria da comunidade;

i) atender aos favelados, quando da ocorrência de sinistros ou calamidades, integrada no sistema de defesa civil.

Art. 6.º Ficam extintos na Secretaria de Serviços Sociais o Departamento de Recuperação de Favelas e os órgãos que o integram.

Art. 7.º O acêrvo, as instalações, os materiais e o pessoal dos órgãos extintos no artigo anterior serão redistribuídos por ato do Secretário de Estado de Serviços Sociais, na forma da legislação em vigor.

§ 1.º As dotações orçamentárias atribuídas ao Departamento de Recuperação de Favelas, no orçamento vigente, poderão ser redistribuídas, por ato do Governador e mediante proposta da Secretaria do Govêrno.

§ 2.º O pessoal constante das lotações provisórias dos órgãos extintos pelo artigo anterior será relotado na forma do Decreto "N" n.º 972, de 12 de dezembro de 1967, por ato do titular da Secretaria de Serviços Sociais, que remeterá cópia do expediente à Divisão do Pessoal da mesma Secretaria e ao serviço de Colocação e Relotação de pessoal, da Secretaria de Administração, para oportuna correção das tabelas de lotação da SSS.

§ 3.º Ficam cancelados os ítens 3 a 3.3.2 do Anexo XII (Quadro de Conservação de Níveis dos atuais órgãos estruturais da Secretaria de Serviços Sociais) do Decreto "E" n.º 1.947 (POGAPE-15), de 23-12-67.

Art. 8.º Compete privativamente à Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB), como agente financeiro do Banco Nacional de Habitação, e órgão executivo da política habitacional, sob a orientação normativa do Escritório de Programação Urbana, a construção de unidades e conjuntos habitacionais de interêsse social, dentro da sua faixa de atuação, bem como a administração dos conjuntos por ela construídos.

Art. 9.º Serão construídos pela COHAB unidades habitacionais nas favelas em reurbanização mediante convênio com a CODESCO.

Art. 10 A COHAB e a Fundação Leão XIII providenciarão, de imediato, a adaptação de seus regulamentos, de forma a permitir a sua perfeita integração no plano habitacional do Estado.

Art. 11 Todos os estudos e projetos sôbre política habitacional realizados pelos diferentes órgãos estaduais, ou resultantes de convênios, deverão ser submetidos ao órgão competente (Secretaria do Govêrno) a fim de integrá-los no Plano do Govêrno.

Art. 12. A ação normativa do Escritório de Programação Urbana estende-se a todos os órgãos da administração direta e indireta.

Art. 13 Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário e, em especial, os Decretos "N" números 382 de 19.4.66, e 739, de 14 de dezembro de 1966.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1968 — 80.º da República e 9.º do Estado da Guanabara.

Francisco Negrão de Lima
Humberto Braga
Victor de Oliveira Pinheiro

(D.O. de 7-5-68 — GB — capa)

Licenciamento de obras

GB — Ordem de Serviço "N" n.º 3, de 12 de março de 1968.

O Diretor do Departamento de Edificações, de acôrdo com as suas atribuições legais, resolve:

1 — Os pedidos de licença para novas construções, de reconstrução, de acréscimo, ou de modificações com acréscimo, em construções existentes, não deverão ser recebidos no protocolo geral ou nos protocolos dos Distritos, sem as 4 vias do formulário do IBGE, relativo a edificações.

2 — O formulário deverá ser preenchido e assinado por qualquer dos seguintes informantes: a) proprietário ou seu procurador; b) despachante estadual; c) autor do projeto; d) profissional responsável pela execução da obra.

2-1. — Caberá ao protocolista, no ato da entrega, sòmente verificar se o formulário está preenchido e assinado pelo informante.

2-2. — O formulário não será obrigatòriamente visado pela Agência do IBGE.

2-3. — O item 1 do formulário deverá ser preenchido pelo funcionário encarregado do setor de guias, quando da exatidão da respectiva guia.

3 — Os formulários deverão ser obtidos gratuitamente nas Agências Distritais de Estatística do IBGE cuja relação encontra-se em anexo.

3-1. — Nas Agências Distritais poderão ser obtidas as informações sôbre o preenchimento dos formulários.

4 — Os formulários não serão examinados pelo Distrito, cabendo-lhes apenas a responsabilidade da sua juntada.

5 — As 4 vias do formulário deverão ter o seguinte destino após a aprovação do projeto.

I — 1.ª via (branca) e 3.ª via (amarela), serão colecionadas e entregues mediante recibo a funcionário do IBGE.

II — 2.ª via (rosa), será colecionada e remetida mensalmente à Seção de Estatística dêste Departamento.

III — 4.ª via (azul) será entregue aos requerentes juntamente com os projetos aprovados.

6 — Os pedidos de "habite-se", mesmo parcial, inclusive para os processos em andamento, não deverão ser protocolados sem apresentação dos novos formulários do IBGE que deverão obedecer às condições desta Ordem de Serviço.

6-1. — As 4 vias do formulário relativas a "habite-se", após a sua concessão, terão o mesmo destino indicado no item 5.

Lojas em lotes proletários

GB — Ordem de Serviço "N" n.º 22, de 21 de novembro de 1967

O Diretor do Departamento de Edificações, no uso de suas atribuições legais e de acôrdo com a autorização do Exmo. Sr. Secretário de Obras Públicas no proc. 7.105.126-67, resolve: Fica permitido o licenciamento de lojas em lotes proletários nas seguintes condições:

1 — Os lotes deverão obedecer às disposições do parágrafo 1.º do artigo 25 ou do parágrafo único do art. 51, ambos do Decreto n.º 6.000-37, ou ao item 31 do Boletim n.º 45-82 do Departamento de Edificações.

2 — As disposições do item 1 aplicam-se também, à ZI.

3 — As lojas serão permitidas apenas no 1.º pavimento do prédio.

4 — O prédio terá no máximo dois pavimentos, com uma única habitação no 2.º pavimento.

5 — A taxa de ocupação será de 50% no máximo.

6 — Será permitida a construção de um segundo prédio nos fundos nas condições do Decreto 9.518, tendo cada prédio um só pavimento, destinando-se o prédio dos fundos a uma única habitação.

7 — No caso do item 6 também a taxa de ocupação não poderá ultrapassar a 50% da área do terreno.

8 — O licenciamento de prédios com lojas e apartamentos ficará sujeito ao pagamento da taxa de obras.

9 — Os casos não previstos nos itens anteriores dependerão de prévia transformação do destino do lote, por modificação de Alinhamento e Parcelamento do Decreto de Obras.

(D.O. GB — (Parte I) — 8-12-1967, pág. 17.911)

Lei n.º 5.318, de 26 de setembro de 1967

Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — A Política Nacional de Saneamento formula em harmonia com a Política Nacional de Saúde, compreenderá o conjunto de diretrizes administrativas e técnicas destinadas a fixar a ação governamental no campo do saneamento.

Art. 2.º — A Política Nacional de Saneamento abrangerá:

a) saneamento básico, compreendendo abastecimento de água, sua fluoretação e destinação de desejos;
b) esgotos pluviais e drenagem;
c) contrôle da poluição ambiental, inclusive do lixo;
d) contrôle das modificações artificiais das massas de água;
e) contrôle de inundações e de erosões

Art. 3.º — É criado, no Ministério do Interior, o Conselho Nacional de Saneamento (CONSANE), órgão colegiado, com a finalidade de exercer as atividades de planejamento, coordenação e contrôle da Política Nacional de Saneamento.

Art. 4.º — O Conselho Nacional de Saneamento é constituído pelos seguintes órgãos:

I — Conselho Pleno;
II — Comissão Diretora

Art. 5.º — Ao Conselho Pleno compete:

a) manifestar-se sôbre o Plano Nacional de Saneamento e outros assuntos que lhe forem submetidos pela Comissão Diretora;
b) pronunciar-se sôbre os critérios que regerão os convênios a serem firmados em decorrência do Plano Nacional de Saneamento;
c) manifestar-se sôbre as medidas destinadas a estimular o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal de nível superior, médio e auxiliar, no campo do Saneamento.

Art. 6.º — O Conselho Pleno, presidido pelo Ministério do Interior será constituído por representantes dos seguintes órgãos:

a) Ministério do Interior;
b) Ministério da Saúde;
c) Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;
d) Ministério da Agricultura;
e) Ministério das Minas e Energia;
f) Ministério da Indústria e do Comércio;

g) Ministério da Educação e Cultura;
h) Estado Maior das Fôrças Armadas;
i) Cada um dos Governos dos Estados;
j) Associação Brasileira de Municípios;
m) Confederação Nacional de Agricultura;
n) Associação Brasileira de Engenharia Sanitária;
o) Sociedade Brasileira de Higiene;
p) Sociedade Brasileira de Medicina;
q) Federação Nacional de Odontologia.

Art. 7.º — A Comissão Diretora compete:

a) elaborar e expandir o Plano Nacional de Saneamento, observadas as normas gerais do planejamento governamental;
b) fixar critérios para a delimitação dos campos de atuação dos órgãos executadores do Plano Nacional de Saneamento;
c) orientar a elaboração orçamentária dos órgãos executores do Plano Nacional de Saneamento;
d) incentivar as providências necessárias ao estabelecimento dos convênios de saneamento;
e) promover o aperfeiçoamento da tecnologia nacional no campo do saneamento e incentivar o treinamento de pessoal especializado, cooperando na criação de cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal de níveis médio e superior que possa atender às necessidades das Regiões, Estados e Municípios;
f) estabelecer critérios de prioridade para obras de saneamento básico, que serão preferentemente financiadas sob o regime de emp éstimo;
g) colaborar com os estados e Municípios, na criação de entidades estaduais de saneamento e órgãos municipais autônomos que assegurem a operação e a administração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários.

Art. 8.º — A Comissão Diretora será constituída por um Presidente, designado pelo Ministro do Interior, e por dois representantes de cada um dos seguintes órgãos.

I — Ministério do Interior;
II — Ministério da Saúde;
III — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 9.º — A Comissão Diretora será assistida por uma Assessoria Técnica e uma Secretaria, cujo pessoal será requisitado de órgãos da administração pública.

Art. 10 — Serão órgãos executores do Plano Nacional de Saneamento, no âmbito federal:

I — No Ministério do Interior

a) o Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

II — No Ministério da Saúde:

a) a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública;
b) o Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Art. 11 — A execução do Plano Nacional de Saneamento far-se-á de preferência por intermédio de convênios que promovem a vinculação de recursos dos órgãos interessados de âmbito federal, estadual e municipal.

Art. 12 — A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 13 — Revogam-se as disposições em contrário e, especialmente, os Decretos-leis n.ºs 248 e 303, de 28 de fevereiro de 1967.

Brasília, 26 de setembro de 1967, 146.º da Independência e 79.º da República.
Publicado no Diário Oficial da União, em 27 de setembro, pág. 9.855

escolhidas na produção nacional
pelas características de
Utilidades para a casa
forma e função — bom desenho

Equipamentos de interior, utensílios e mobiliário
em madeira, aço inoxidável, porcelana, cristal,
cerâmica, tecido, couro e plástico



Loja do Bom Desenho
Visconde de Pirajá, 210-A
Rio de Janeiro

a cadeira *dinamarquesa*

agora produzida no Brasil, é elaborada com material nobre e flexível (jacarandá da Bahia, perobinha, imbuia e estofada).

Empilhável e conectável.



131 imbuia
pé revestido de pvc preto
prancheta desmontável
empilhável

wollner



Existe uma para cada uso.

revendedores autorizados em todo o país

produzida pela probjeto

rua tucuna 615 fone 62 83 20 S.Paulo